

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS



A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Número
666

Rio de Janeiro, RJ — Mar/Abr de 1976

ANO
63.º

ÍNDICE

CULTURA GERAL

	Págs.
RECORDAÇÕES DE UMA VELHA ESCOLA (1918-1920) — Gen Ex R-1 João Punaro Bley	3
BICENTENARIO DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1763-1776) — Ten Cel Eng QEMA Claudio Moreira Bento	9
RELACIONES PÚBLICAS NO EXÉRCITO — Ten Cel Inf QEMA Filadelfo Reis Damasceno	41
AS INOVAÇÕES TÁTICAS E MATERIAIS DA ARTILHARIA — 2.º Ten Art Paulo Roberto Dias Morales	57
IRMANDADE DA SANTA CRUZ DOS MILITARES: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA — Gen Bda R-1 Milton Araújo	71
ANALISE QUALITATIVA DE ÁGUA NAS UNIDADES DE ENGENHARIA — Cap Eng Telmo Travassos de Azambuja	79
CAXIAS E O USO MILITAR DE AERÓSTATOS — Ten Cel Eng QEMA — Cláudio Moreira Bento	95
ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO DE COMANDO — Cel Art QEMA Juarez D. V. de Abreu Gomes	99
ESBOÇO HISTÓRICO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DO EXÉRCITO — Maj Capelão Maurilio Cesar de Lima	109

Recordações de Uma Velha Escola (1918-1920)

Gen Ex R/1

JOAO PUNARO BLEY

Das turmas egressas da nossa velha e saudosa Escola Militar do Realengo na década de 20, talvez tenha sido nossa a mais provada, a mais sofrida.

Inicialmente, ao cursá-la, enfrentamos o impacto de duas orientações conflitantes que chamaríamos a velha e a nova ordem, para diferenciá-las.

Posteriormente, ao ingressarmos no oficialato, fomos protagonistas de uma época agitada que vai do malogrado e heróico levante de 5 de julho de 1922, até a vitória da Revolução de outubro de 1930, como decorrência de movimentos de inconformismo político-militar que marcaram aquele inquieto e turbulento decênio.

Éramos pouco mais de 3 centenas de jovens oriundos de 3 Colégios Militares e Escolas Civis, quando, em março de 1918, movidos pelo mesmo ideal, unidos no mesmo esforço, transpusemos os seus umbrais.

Situada no Realengo, então longínquo e esquecido subúrbio da Central do Brasil, nossa velha Escola, reduzida a um único pátio, provida de precárias instalações de suporte, sem dotações extraordinárias para um planejamento adequado capaz de atender necessidades e exigências de tão numeroso contingente, não tinha, evidentemente, condições mínimas para cumprir as altas finalidades de uma Escola de Formação de Oficiais, homens a quem a Nação confiaria o alto encargo de zelar e defender as características imutáveis e intocáveis de sua segurança e soberania.

Com aquele pátio tomado por alojamentos; salas de aulas fora de sua sede; um horário de trabalho e de refeições anacrônico e desajustado, seu “rancho” — na natureza nada se perde, tudo se transforma — com mesas de 22 lugares, sujeitas à implacável “lei da peruação”, no ziguezaguear dos bifes rigorosamente contados; “máquina” que não podia parar, abismou-se em fracassadas soluções de emergência.

“Risonha e franca”, como a chamávamos, com a quase totalidade dos seus alunos espalhados por “repúblicas”, e, por isso mesmo, sem condições de fiscalizá-los; o vaivém por ruas sem calçamento, para atender às exigências intransferíveis do ensino teórico; agasalhos bizarros e improvisados, o “trote” campeando livremente, violento e por vezes deprimente, só interrompido após o famoso “caroço”, instrução militar rudimentar e incerta; obrigada a aplicar regulamento novo improvisando professores, notadamente no currículo de línguas, foi assim, que, rapidamente adaptadas ao seu peculiar modo de vida, começamos a enfrentar os percalços da vida militar.

Tais deficiências e desconfortos, como observou ilustre chefe militar, não podiam deixar de contribuir para uma queda sensível da sua disciplina.

É que, pretendia-se os fins, sem os meios.

Apesar de tudo, avançando no tempo, passamos pelos exames do primeiro período, iniciando o segundo. Foi quando, em outubro, deu-se o inesperado, o imprevisível — a gripe espanhola — que nos atingiu a todos, interrompendo as aulas por cerca de um mês.

Então, estabeleceu-se o caos, a Escola dividida em 3 grupos heterogêneos.

Os “faraós”, como sempre agarrados aos livros; os que se enquadraram no cômodo “ser ou não ser”, de quando em quando dando uma olhadela na incipiente matéria dada; e, finalmente, a massa, informe, inquieta e descontrolada, alheia aos estudos, fanaticamente acreditando num “milagre”.

E, este veio sob a forma do exame por decreto, duramente criticado pelos nossos maiores, mas que evitou um “massacre” certo, embora incruento.

Inebriadas pela vitória alcançada, vivendo intensamente as emoções daquele inédito e histórico acontecimento; sem olhos para ver além da ponte do Piraquara, esca-pou-nos que outros olhos mais esclarecidos e argutos observavam o que estava acontecendo — um estudo de anarquia impossível de ser tolerado por mais tempo — sem graves repercuções na formação do futuro quadro de oficiais.

E, assim, sem que nos apercebessemos, surgiu um fato novo que iria transformar fundamentalmente nossa então filosofia de vida, uma “reversão de expectativa” como modernamente se diria.

Em novembro, começamos a deparar com fisionomias novas.

Era a vanguarda da famosa “Missão Indígena” que surgia, com a finalidade específica de formar um novo tipo de oficial com mentalidade aberta à realidade brasileira, capaz de atuar com eficiência e precisão nas mais variadas formas de luta.

Constituída por uma plêiade de oficiais de escol rigorosamente selecionada em concurso: expressivamente saudada pelo próprio Chefe do Estado-Maior do Exército, fato singular na nossa história militar; dedicada e cônscia dos seus deveres e obrigações; de elevado valor moral e profissional, entusiasta da tarefa a cumprir, iria xerçer notável e decisiva influência na nossa formação profissional.

Em dezembro, entramos em férias. Quando do nosso regresso, em março de 1919, surpresos verificamos que um “furacão” de substituições havia varrido a velha ordem. Ainda incrédulos, cedo passaríamos a compreender que havíamos ingressado na nova ordem.

Decisões enérgicas, certas e oportunas, emanadas do alto comando do Exército reestruturando-lhe, novamente o ensino com predominância do militar; a proibição da dependência indeterminada; a instituição do grau de moral; a mudança

do comando, do pessoal de administração, do corpo de instrutores; todo este conjunto de medidas excepcionais tomadas na nossa ausência, cedo iriam colocar nossa velha Escola na sua verdadeira missão, a formação de oficiais subalternos de todas as armas provados por uma instrução militar jamais, anteriormente, praticada. Complementarmente, com rapidez pouco comum em obras públicas, seu segundo pátio encontrava-se inteiramente construído e o terceiro bastante adiantado.

Alojamentos amplos e arejados iriam nos abrigar, camas e colchões novos, as velhas "aratacas" substituídas por armários. Órgãos de apoio convenientemente instalados e equipados; salas de aulas novamente grupadas no primeiro pátio, reservado à administração, evitando caminhadas inúteis e fugas programadas; "o rancho" com mesas de 8 lugares destronando a "peruação"; alimentação mais variada e de melhor preparo. Mas, a grande surpresa iria residir no novo quadro de trabalho: alvorada às 5 horas, primeira refeição às 5,30, formatura e partida para os diferentes campos de instrução às 6, regresso às 10, almoço às 11, aulas teóricas das 12 às 16,30, jantar às 17,30, hora e meia de recreação fora da Escola, mas no Realengo e adjacências, revista às 19, silêncio às 21 horas, tempo integral de instrução às sextas-feiras.

Trabalho e exemplo; restrições de saídas em dias úteis; obrigatoriedade de comparecimento às aulas teóricas; pontualidade de professores e instrutores; comando íntegro e inteiriço, contando com a colaboração leal e dedicada dos órgãos administrativos; o característico poder de adaptação da juventude; a perfeita identidade de propósitos tão necessária ao êxito de qualquer obra coletiva, toda esta conjugação de esforços, energias e vontades iriam permitir que nossa velha Escola, em pouco tempo, alcançasse alto grau de eficiência, sem precedentes em outros estágios de sua evolução.

O grande golpe psicológico inflexivelmente executado — quatro horas diárias e seguidas aos rigores de exercícios viris

e diversificados, ao sol dos seus diferentes campos de trabalho — havia produzido os resultados esperados. Em 1920, por três vezes em homenagem ao Rei Alberto da Bélgica, além de uma rotina, seus cadetes com novos uniformes de parada rapidamente conhecidos, desfilaram espetacularmente ante uma população atônita e entusiasmada.

Em verdade, era confortador e estimulante contemplar-se aquela bela e harmoniosa afirmação da vida militar, ao exclusivo serviço da Pátria comum.

Passados tantos anos, volvendo aos tempos de uma mocidade que já vai longe, reli os elogios que a propósito havíamos recebido.

Capacitei-me, então, que a linguagem militar, fria e concisa, havia sido demasiadamente pobre para nos classificar.

É que, sem falsa modéstia, éramos algo novo, algo surpreendente, sem antecedentes históricos.

Afinal, vencidos três anos de angústias, alegrias, esperanças e aspirações, em 18 de janeiro de 1921, embora pertencendo a turma de aspirantes de 1920, desatado, mas não rompido os laços indeléveis que nos prendiam a nossa saudosa Escola, pisamos o primeiro degrau do oficialato, homens de ação, instruídos, treinados e capacitados para o exercício de múltiplas, complexas e variadas funções que nos seriam atribuídas, muitas vezes superiores às do nosso posto.

Monumento de uma época que já começa a ser remota, esquecida pela história, indiferente a um público que dia a dia vai se reduzindo, nossa velha e saudosa Escola Militar do Realengo, decaída de suas antigas prerrogativas, transferidas para a bela Academia Militar das Agulhas Negras, depositárias das esperanças da Nação no civismo da mocidade que acolhe, prepara e educa, não mais exerce a nobre missão de formar homens para o oficialato.

Contudo, seu verbo e sua mensagem — um coração, uma inteligência, uma consciência ao serviço do Brasil — ainda ressoam aos nossos ouvidos como eco de uma ressaca longínqua e sua flama ainda vive nos nossos corações.

Bicentenário da Guerra da Restauração do Rio Grande (1763-1776)

Ten Cel Eng QEMA
CLAUDIO MOREIRA BENTO

De 1763-1777 o Rio Grande do Sul foi envolvido pela primeira vez numa guerra. Sofreu duas invasões. Elas chegaram a controlar cerca de 2/3 de seu atual território. Ao final houve forte e vitoriosa reação de Portugal. Ela acabou por restaurar a soberania portuguesa sobre a área e projetar-se como a definição do destino brasileiro do Rio Grande do Sul. Para a restauração e definição do destino brasileiro da área, cujo bicentenário coincide com o da Independência dos Estados Unidos, concorreram no esforço de guerra os atuais Estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Paraná. Destaque-se a contribuição militar de civis paulistas, enviados durante a guerra, num fluxo contínuo para a Fronteira do Rio Pardo. Unidos a um pugilo de civis rio-grandenses e lado a lado, ombro a ombro, com bravos do Regimento de Dragões do Rio Pardo, ajudaram a conduzir modelar guerra de guerrilhas contra o invasor, traduzidas pelas vitórias militares de Monte Grande — 1763, Reconquista de São José do Norte — 1767, Santa Bárbara e Tabatingai — 1774, São Martinho — 1775 e Santa Tecla — 1776. As guerrilhas, por 10 anos, mantiveram as invasões circunscritas. Criaram condições para o Exército do Sul, com o concurso de uma Esquadrilha Naval, completar a restauração com a reconquista da Vila de Rio Grande em 1 de abril de 1776, ação militar que contou com a decisiva participação do Rio de Janeiro, através do atual Regimento Sampaio, cujas gloriosas tradições remontam a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.

ANTECEDENTES

Bandeirantes rompem o Tordesilhas no Sul

Pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, o Rio Grande teria sido domínio de Espanha.

Durante a União das duas Coroas, 1580-1640, cinco bandeiras, de 1639-41, numa operação de varredura, percorreram, sucessivamente os vales dos rios Taquari, Jacuí, Ibicuí, Icamacuá e Ijuí. Destruíram as 18 reduções jesuíticas que constituíam a Província do Tape. Marcaram o início da penetração, reconhecimento e exploração portuguesa do Rio Grande.

Fundação de Colônia

Em 1680, Portugal fundou Colônia do Sacramento de frente Buenos Aires. Em torno de sua posse, Portugal e Espanha lutaram, com denodo militar e diplomático, por 97 anos.

Da necessidade de aproximar o apoio militar do Rio de Janeiro à Colônia decorreu o progressivo processo de desassentamento, exploração, povoamento e conquista portuguesa do Rio Grande. O Rio de Janeiro aproximaria este apoio via marítima e São Paulo via terrestre.

Paulistas fundam Laguna e inauguram o ciclo dos tropeiros

Dentro deste contexto, paulistas de São Vicente fundaram Laguna em Santa Catarina. Foi o primeiro centro populacional português da região Sul do Brasil e, por muitos anos, após, centro irradiador e base de apoio, para a exploração, povoamento e conquista do Rio Grande.

Em 1703, foi estabelecida a ligação terrestre Colônia-Laguna.

De 1705-15, Colônia caiu em poder de Espanha. Em consequência inaugurou-se o ciclo dos tropeiros. Ciclo caracterizado pela preia de manadas selvagens de cavaleiros e va-

cuns, das campanhas do atual Uruguai para Laguna, para onde eram transportadas inicialmente.

Isto através do litoral do Rio Grande.

Após 1715, a atividade de preia de gado chimarrão intensificou-se. Objetivo: suprir, com força animal e alimentação, a atividade de exploração de ouro em Minas e Goiás. Para escoar a riqueza representada pelo gado do sul, foram abertos caminhos pela Serra Geral. Eles integraram o litoral do Rio Grande ao restante da Colônia, a partir de Sorocaba-SP.

Nesta fase destacou-se o grande tropeiro, e mais tarde Coronel de Ordenanças, Cristovão Pereira de Abreu. Prestaria relevantíssimos serviços, de grande projeção na integração do Rio Grande ao Brasil, nas fases de reconhecimento, exploração, conquista, fundação portuguesa e demarcação do Tratado de Madrid.

Em 1723 fracassou a tentativa portuguesa de fundar Montevidéu.

Os portugueses foram desalojados. O local foi ocupado, definitivamente, por *creoulos* espanhóis, fato que, segundo alguns historiadores, contribuiu para definir o destino uruguai da região.

A Frota de João de Magalhães

Em 1727, partiu de Laguna uma pequena expedição terrestre. Ela passou à História como Frota de João de Magalhães. Acampou por cerca de 2 anos na região de São José do Norte. Passou a controlar todo o território litorâneo até Laguna e estabeleceu ligação com Colônia.

A Frota protegeu o sangradouro da Lagoa dos Patos, da interferência dos índios Tapes e espanhóis. Melhorou as condições, a proteção e os meios de travessia do sangradouro. Estabeleceu aliança com os índios minuanos que habitavam o litoral e cobrou impostos de passagem de gados, no registro que ali estabeleceu.

Governo de São Paulo incentiva o estabelecimento de estâncias

A partir de 1733, teve início, sob o incentivo do Governo de São Paulo, a fixação em torno da região, denominada genericamente de Viamão, das primeiras estâncias. A palavra Viamão seria a corruptela da expressão "*Eu vi a mão*", alusão a semelhança apresentada pelo rio Guaíba e seus formadores, como uma mão humana. O primeiro estanceiro foi o cidadão João de Magalhães. O segundo, Francisco Pinto Bandeira, pai de Rafael Pinto Bandeira, ambos com relevantes serviços militares prestados na guerra que iremos evocar.

Paulistas apóiam por terra a fundação do Rio Grande

Em 1735, os espanhóis submeteram a Colônia a rigoroso cerco.

Do Rio de Janeiro partiu, em seu socorro, uma expedição ao comando do Brigadeiro Silva Pais com três objetivos:

- Expulsar os espanhóis de Montevidéu.
 - Livrar a Colônia do cerco espanhol.
 - Fundar o Presídio Jesus-Maria-José em Rio Grande atual. Foi apoiada por terra, por estancieiros de Viamão e paulistas ao comando do Coronel Cristóvão de Abreu. Este tinha por missão:
 - Ocupar e manter o local da cidade de Rio Grande atual.
 - Estabelecer pontos de vigilância, à distância, nas regiões do Chuí e São Miguel.
 - Preparar e enviar carne salgada para a expedição de Silva Pais em operações no Prata.
- Por fatores ecológicos e militares adversos, Silva Pais não desalojou os espanhóis de Montevidéu. Consegiu fazer o inimigo levantar o cerco de Colônia. Após, retornou para cumprir seu terceiro objetivo.

Fundação de Rio Grande

Ao entardecer de 19 Fev 1737, Silva Pais desembarcou no local da atual cidade de Rio Grande, após encontrar a posição de Cristóvão de Abreu e 160 de seus bravos estanqueiros viamontenses, tropeiros e aventureiros paulistas.

Conseguiu transpor a barra, somente com as galeras *Bonita* (Capitânea) e *Santana* e, o Bergatim *Piedade*. Eles transportavam 260 homens de sua expedição.

Ao desembarcar, com seu Estado-Maior e religiosos da Expedição, Silva Pais foi saudado com 36 disparos das armas de fogo, únicas disponíveis da tropa de Cristóvão de Abreu e, de 3 dos 4 pequenos canhões do fortim erigido no local — primeira fortificação portuguesa no Rio Grande.

Este fato é marco da fundação oficial portuguesa do atual Rio Grande. Contou com a decisiva cooperação de mineiros, paulistas e cariocas.

Presídio Jesus-Maria-José

A base militar fundada tomou o nome de Presídio Jesus-Maria-José. Seu fundador tratou de consolidá-la. Ergueu em terreno arenoso o Forte Jesus-Maria-José da (Praia).

A seguir empenhou-se na construção da Fortaleza Nossa Senhora do Estreito, cuja planta original, integra o acervo do Exército. Sua finalidade, era proteger o Presídio pela retaguarda. Posteriormente, junto a ela, localizou-se a guarda-milícia.

Reforçou os seguintes redutos estabelecidos próximo do Presídio: do Arroio e da Mangueira e mais distantes, Taim e Albardão.

Expedição ao Chuí e fundação de São Miguel

Silva Pais explorou o Chuí de Set-Out 1737. Objetivos: ampliar a conquista e criar segurança a distância para o Presídio.

Seguiu por água, em accidentada viagem, que incluiu dois naufrágios da falua que mandou construir para nave-

gar a Lagoa Mirim. Acompanhou-lhe um contingente de Infantaria. Por terra, a cavalo, seguiu Cristóvão Pereira junto com seus homens e 15 dragões de Minas.

Em São Miguel erigiu o forte do mesmo nome. Guarneceu-o com 30 soldados de Infantaria da Expedição, originários do Rio de Janeiro.

No arroio Chuí estabeleceu uma guarda com 15 dragões de Minas de sua Expedição. A ambas guarnições mandou pagar soldo dobrado, além de deixá-las apoiadas por homens de Cristóvão Pereira, condecorados da região e em grande número tropeiros paulistas.

Ao retornar do Chuí, Silva Pais conheceu o Armistício de 16 de março de 1737, entre Espanha e Portugal, que estabelecia (cláusula 4.ª): "As coisas na América ficarão como estão, ao lá chegarem as ordens de suspensão das hostilidades".

Portugal passou a dominar toda a faixa litorânea do Rio Grande. Aproximou o apoio militar terrestre de Colônia do Sacramento. Os jesuítas, haviam retornado ao Rio Grande por volta de 1680 e fundaram os Sete Povos das Missões.

Os Dragões do Rio Grande — Cellula mater do III Exército

Com Silva Pais teve início a formação do legendário Regimento de Dragões do Rio Grande, com uma companhia ao comando do 2.º estancieiro a fixar-se em Viamão, Francisco Pinto Bandeira. Fora o subcomandante da força de Cristóvão de Abreu. Foi feito Tenente de Dragões por Gomes Freire, "por sua destacada capacidade", segundo Silva Pais. Em 1739 foi completada a organização desse Regimento, cuja História se confundirá com a do próprio Rio Grande nos próximos 95 anos.

Tratado de Madrid — obra de um paulista de Santos

Em 1750 foi celebrado o Tratado de Madrid, obra a que muito se deve ao paulista de Santos, Alexandre de Gusmão, como Secretário Real.

O Rio Grande, em razão de Portugal abrir mão de Colônia de Sacramento, seria acrescido dos Sete Povos das Missões, cujos índios aldeados pelos jesuítas deviam evacuá-los, com todos os seus pertences. Seriam substituídos por imigrantes portugueses dos Açores. Estes formariam núcleos populacionais com 60 casais jovens, com uma espingarda por casal, entre outros itens. Evidência da preocupação com a defesa do território, além de seu povoamento.

Estâncias e ervais jesuíticos no Rio Grande

Em cerca de 70 anos de trabalho, os jesuítas estabeleceram no Rio Grande os Sete Povos ou Missões de São Nicolau, São Luís, São Lourenço, São Borja, São Miguel, São João e Santo Ângelo. E 11 estâncias, além de 4 ervais explorados pelos Sete Povos. Outras estâncias eram exploradas pelos povos de mesmo nome do lado ocidental do rio Uruguai. A revolta causada pela perda desse trabalho, iria causar a Guerra Guaranítica (1754-56). Esta traduzida pela reação armada dos índios missionários, liderados pelos jesuítas, aos Exércitos demarcadores de Espanha e Portugal.

Paulistas e cariocas no Exército Demarcador

Sob o comando do general Gomes Freire de Andrade, Capitão General e Governador de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, atuou no Rio Grande, por 6 anos e meio, o Exército Demarcador. Era constituído, além do Regimento de Dragões local das seguinte unidades e num total de 1.600 homens:

- Regimento de Infantaria Velho do Rio de Janeiro (raiz histórica do Regimento Sampaio)
- Regimento de Infantaria Novo do Rio de Janeiro
- Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro
- Contingente de Infantaria de Santos
- 2 (duas) companhias de aventureiros paulistas, sendo uma ao comando do intrépido capitão Francisco Pinto Bandeira.

A reação guarani foi neutralizada nos combates de Cai-boaté 10 Fev 1756 e Churieby 10 Mai 1756.

Gomes Freire ao retornar ao Rio em 1759, deixou plantadas no Rio Grande as fortalezas de Santo Amaro e Rio Pardo no rio Jacuí e a de São Gonçalo no rio Piratini.

Como lembrança dessa permanência no Sul, do Exército Demarcador, existem 3 (três) cartas panorâmicas, desenhadas pelo Coronel Miguel Ângelo Blasco, seu subcomandante, e até hoje conservadas pelo Exército em seu acervo.

Tenho-as explorado largamente, como fontes primárias de alto valor, inclusive sobre os trajes civis usados pelas companhias de paulistas que integraram o Exército Demarcador.

A GUERRA DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Paulistas reforçam o Rio Grande ameaçado de invasão

Eventos adversos culminaram com a invasão de Portugal em 1762, por Espanha e França. A presença do General Pedro Ceballos, como Governador de Buenos Aires e Demarcador do Tratado de Madrid e que tudo fez para torpedeá-lo, além de preparar-se militarmente, com tempo e de modo ostensivo, para conquistar Colônia e o Rio Grande, causou grande preocupação ao General Gomes Freire de Andrade.

Ameaçado todo o Brasil, para remediar o desamparo militar do Rio Grande, que estava impedido de socorrer, com as melhores tropas coloniais localizadas no Rio, aquele general conseguiu arregimentar no Rio Grande cerca de 800 homens (dragões, milicianos e aventureiros). Eles seriam reforçados com 200 aventureiros paulistas.

Os últimos, com assinalados serviços prestados na Fundação do Rio Grande e na Demarcação no Sul e Guerra Guaranítica.

Com base em sua experiência em 6 anos e meio no sul, Gomes Freire ordenou a seguinte articulação:

1.º — Deslocamento do grosso do Regimento dos Dragões do Rio Pardo, para o arroio Chuí.

Era a única tropa de linha do Rio Grande. Desde 1757 transferida de vila de Rio Grande para o Rio Pardo. No Chuí, ficaria em condições de avançar e construir uma fortaleza em Castilhos, no caso de um ataque à Colônia.

2.º — Deixar, em Rio Pardo, 100 Dragões mais experimtados e conhecedores da campanha rio-grandense e 200 paulistas a chegarem ao Sul.

Fundação de Santa Tereza

Após 12 dias de marcha forçada, por terra, de Rio Pardo ao Chuí, um contingente de Dragões, ao comando do Coronel Thomaz Luiz Osório, atingiu seu destino em 10 Set 1762, com 400 homens e 10 canhões pequenos.

Em 10 Out 1762, o Coronel Osório, ao saber que o General Cegallos havia cercado Colônia do Sacramento, deu inicio à construção de uma Fortaleza em Castilhos. A batizou, 5 dias após, com o nome de Santa Tereza, por consenso entre seus oficiais.

360 alquebrados dragões e 640 civis improvisados em militares, defendiam uma extensa faixa de fronteira com início em Rio Pardo e término em Santa Tereza.

Rendição de Colônia e morte de Gomes Freire

Ceballos atacou Colônia do Sacramento em 1.º de outubro. Ela teve de render-se um mês após, apesar dos socorros enviados do Rio.

Em Portugal, o despreparo material e moral de seu Exército, esquecido das glórias passadas de Aljubarrota e Índias, resultou numa marcha triunfal do invasor. Cerca de 50 fortalezas caíram em mãos do inimigo, sem resistência, apesar de dirigida a reação, pelo renomado técnico militar, Conde de Lippe, mandado pela Inglaterra em socorro a Portugal.

Morte de Gomes Freire

Em 1 de janeiro de 1762, morreu no Rio de Janeiro, Gomes Freire, por desgostos acumulados em consequência da perda de Colônia e pressões de comerciantes locais por aquele fato.

O General Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela e Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, desde 1733, fora, por 29 anos, o arquiteto do processo da progressiva conquista portuguesa do Rio Grande. Local onde permaneceu quase 1/4 de seu governo.

Dragões e paulistas na vitória em Monte Grande

No dia da morte de Gomes Freire, sob o comando do Capitão Francisco Pinto Bandeira, tropas da fronteira do Rio Pardo, dragões e 200 paulistas, obtiveram retumbante e brilhante vitória em Monte Grande, nas proximidades de Santa Maria atual.

Para ela concorreram 200 bravos paulistas, muitos descendentes de bandeirantes e com experiência de lutas contra índios no Centro Oeste. Confirmaram seu valor provado na fundação do Rio Grande e Demarcação. Entre eles desportaria a intrépida e legendária figura do Capitão Cipriano Cardoso Barros Leme, que, junto com outros paulistas, prestara relevantes serviços na guerra de guerrilhas contra o invasor, decisiva para a Restauração.

Vice-Reino no Rio — Desamparo de Santa Tereza

Em 27 Jan foi criado o Vice-Reino do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Deslocou-se o Centro do Poder da Colônia, para fazer face, inclusive, a ameaça sobre o sul.

A morte de Gomes Freire, menos de um mês antes, deixou a isolada trincheira de Santa Tereza, desamparada militar, moral, administrativa e economicamente. Sua guarda dependia do Governador Eloy Madureira, na Vila de

Rio Grande, inepto, segundo interpretações dominantes. Em Santa Tereza, o Coronel Osório e seus velhos e desmotivados dragões, com 32 meses de soldo em atraso, e um pugilo de improvisados militares, estavam cônscios da adversidade da situação e que pouco poderiam esperar de apoio, na conjuntura militar adversa, vivida por Portugal e seus domínios na América.

Ceballos invade o Rio Grande

Em sua marcha, Ceballos chegou a Santa Tereza. Seu comandante, por deficiência de informações e em função de ordens superiores, que classificou de “infernais”, perdeu a oportunidade ideal de retirar-se.

Decidida a resistência, 80% da guarnição de Santa Tereza desertou, em pânico, na noite de 18/19 de Abril. Em 19 de abril, a trincheira capitulou, com os 150 homens que permaneceram fiéis ao Coronel Osório.

Forte, com 3.000 homens, Caballos prosseguiu. Conquistou o forte de São Miguel. Em 24 de abril de 1763, ocupou a vila de Rio Grande, então abandonada. O Governador Eloy Madureira também fugiu, sem nem tentar fortificar-se em São José do Norte, conforme ordens recebidas da Junta Governativa que substituíra Gomes Freire. Ceballos atravessou o canal e estabeleceu base de partida para uma penetração mais profunda.

Esta invasão foi uma humilhação para o Rio Grande. Posteriormente, foi aberta uma Devassa para apurar as responsabilidades do Governador Madureira, já falecido e do Coronel Osório prisioneiro dos espanhóis.

A culpa pela perda da vila de Rio Grande

Até hoje historiadores divergem sobre a culpa ou não do Coronel Osório por este desastre.

Neste sentido, encaminhei comunicação ao Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande,

solicitando, se possível, proporcionar ao Coronel Osório, um julgamento por um tribunal de História. Este, com todos os recursos da ciência histórica, buscará a verdade, não só como um dever de justiça, como um respeito a seus descendentes e parentes brasileiros, como seu sobrinho-bisneto, Marechal Manoel Luiz Osório, grande herói de nossa História Pátria e seus filho e neto, os historiadores Luiz Fernando Osório (pai e filho), que emprestaram o melhor de suas inteligências e esforços, para livrar seu ancestral da pecha de traidor e covarde, com que passou à História, segundo algumas interpretações dominantes, mas não aceitas pacificamente como essência da verdade histórica.

Vigorando o tratado de Paris, desde antes da invasão, Ceballos devolveu Colônia a Portugal. Recusou abrir mão de sua conquista no Rio Grande, além de impor ao Governador Eloy Madureira, que transferira seu governo para Viamão, uma Convenção de Suspensão de Armas e Limites.

Neste quadro tumultuado e confuso, passado o pânico inicial, foi desenvolvido grande esforço para fortificar a faixa entre o Viamão e Estreito, via de acesso a importantes regiões do Rio Grande.

Guerra de guerrilhas contra o invasor

Para enfrentar o poderoso *inimigo* com parcos *meios*, foi necessário atribuir *missões* aos nossos que tirassem o máximo partido do *terreno* rio-grandense. A solução foi a adoção da guerra de guerrilhas pela Junta Governativa aqui no Rio. Em 6 Jun 1763 ela baixou a seguinte ordem:

“A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas atuando dispersas, localizadas em matos e nos passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes cavalhadas, gados e suprimentos e, ainda, trazer-lhes em contínua e persistente inquietação.” O papel relevante executado por estas guerrilhas, até agora era pouco conhecido em

toda a sua projeção. Suas bases localizavam-se em Encruzilhada do Duro (Município de Canguçu atual), na Serra dos Tapes, a cargo de Rafael Pinto Bandeira, e nas guardas da Encruzilhada (Encruzilhada do Sul atual) na Serra do Herval, inicialmente a cargo de Francisco Pinto Bandeira e, após a sua morte, a cargo do intrépido e heróico paulista, Cipriano Cardoso de Barros Leme.

Fortes do Estreito e Taquari

Em Mar 1774, o Coronel José Custódio Faria assumiu em Viamão, o governo do Rio Grande. Imprimiu novo ritmo à guerra.

Em agosto concluiu o Forte São Caetano da Barranca do Estreito. Entregou seu comando ao Capitão Francisco Pinto Bandeira. O referido forte foi reforçado por 4 companhias de paulistas enviadas pelo Governo de São Paulo.

Em Taquari atual, erigiu o Forte do Tebiquari. Junto a ele aldeou deslocados da invasão. Com ele e o São Caetano cobriu as direções estratégicas, incidindo sobre Viamão: São José do Norte-Viamão e Rio Pardo — Viamão.

O Coronel José Custódio implementou as guerrilhas contra o invasor para a cobertura de Rio Pardo sobre as direções:

Missões — Rio Pardo, Bagé (atual) — Rio Pardo e Rio Grande — Rio Pardo. Para a liderança dessas guerrilhas foram destacados dois oficiais dos Dragões, já referidos, Capitão Francisco Pinto Bandeira e seu filho Rafael Pinto Bandeira.

Assalto frustrado à vila de Rio Grande

Na noite de 28/29 Mai 1766, sob a liderança do Tenente-Coronel Marcelino de Figueiredo proveniente de Portugal e que assumiu o comando do Forte São Caetano, fracassou o assalto à vila de Rio Grande. Ventos fortes e cerração dispersaram os barcos com as forças de assalto. Marcelino fora man-

dado para o Brasil com nome trocado em razão de haver morte em duelo um oficial inglês. Chamava-se Sepulveda.

Tentava-se aproveitar a situação favorável, resultante da atração, para o forte de São Gonçalo, Pelotas atual, por contingentes dos Dragões do Rio Pardo e de guerrilhas baseadas na Estância de Luiz Marques de Souza, em Canguçu atual, de forças espanholas da guarnição do Rio Grande. Localizamos as ruínas desta estância, pertencentes ao irmão de Manoel Marques de Souza, por sua vez, parente próximo e mais tarde padrinho de nosso Almirante Tamandaré e herói desta guerra como se verá.

Reconquista da Margem Norte — contribuição paulista

No dia do fracassado assalto a Rio Grande, os intrépidos capitães Marques de Souza, mencionado, e Cipriano Cardoso, atacaram a base espanhola em São José do Norte. Aprisionaram sua cavalhada e 19 soldados. Em 5 de maio, novo ataque comandado por Marcelino de Figueiredo. O inimigo retirou-se à noite. Na madrugada de 6, aniversário de D. José I, Portugal ficou senhor da margem Norte, há 3 anos em poder de Espanha. Paulistas que reforçaram São Caetano, tiveram destacada atuação nestas ações.

INVASÃO DE VERTIZ Y SALCEDO

Conseqüências dos ataques a Rio Grande e margem Norte

Estes dois eventos repercutiram negativamente em Portugal. Contrariaram esforços do Marquês de Pombal, junto à Espanha, no sentido de, unidos, pressionarem o Papa a extinguir os jesuítas. Estes responsabilizados, pelo fracasso da Demarcação no Sul e Guerra Guaranítica.

Em conseqüência, caiu o Vice-Rei, o Coronel José Custódio foi chamado a Lisboa para responder por seu “fogoso desatino”, Marcelino foi afastado do Rio Grande. Felizmente, não cumpriu-se ordem de devolver-se São José do Norte.

A eficiência da guerra de guerrilhas

Passaram-se 7 anos. As guerrilhas neste período, causaram grandes prejuízos aos espanhóis. Em Jun 73, Marcelino reassumiu o Rio Grande e transferiu a sede do Governo para Porto Alegre. Os espanhóis ficaram insistentes e incisivos. Querem São José do Norte de volta e providências contra as guerrilhas. Começam a correr boatos de invasão. Em consequência, o Vice-Rei elevou a guarnição do Rio Grande, de 401 homens para 714, assim articulados: São José do Norte 424, Rio Pardo 263 e Porto Alegre 27.

Invasão do Rio Grande — fundação de Santa Tecla

Em Nov 73, o Governador de Buenos Aires, General Vértiz y Salcedo, invadiu o Rio Grande pela campanha. Fundou o forte de Santa Tecla. Ao seu encontro, das Missões, deslocou-se força com importantes recursos logísticos, destinados a manter a mobilidade de seu Exército, para executar o seguinte plano:

Conquistar, sucessivamente, Rio Pardo, Taquari, Porto Alegre e Viamão. A partir daí, atacar São José do Norte. Após, varrer as bases de guerrilhas nas serras dos Tapes e Herval. Enfim, expulsar os portugueses do Rio Grande.

Medidas defensivas adotadas pelo governo do Rio Grande

Em consequência, o Governador Marcelino decidiu:

- Vigiar os passos do São Gonçalo e rio Camacuã, na direção: vila Rio Grande — Rio Pardo.
- Vigiar passos do Jacui e afluentes do norte, na direção: Missões — Rio Pardo.
- Fortificar passos do Piquiri, Tabatingai e do Rio Pardo, defronte o Forte do mesmo nome, na direção: Santa Tecla — Rio Pardo.

- Reunir a Cavalaria Ligeira (guerrilhas), sob o comando de Rafael Pinto Bandeira e Cipriano Cardoso, respectivamente, nos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada do Sul.
- Transferir canhões de Taquari para o Forte Rio Pardo.

Em 2 Jan 74, Rafael Pinto Bandeira, com 100 guerreiros e dragões, bateu e aprisionou, em Santa Bárbara, a coluna proveniente das Missões, com valiosos reforços logísticos.

Protesto de Vertiz contra as guerrilhas

Em 5 Jan 74, Vertiz recalcou a guarda do Piquiri, defendida por 21 homens do paulista herói de Monte Grande, Capitão Miguel Pedroso Leite.

Eufórico, Vertiz enviou enorme carta as autoridades do Rio Grande, da qual destaco a parte referente às guerrilhas, de atestado a eficiência das mesmas:

“Viamão, Rio Pardo, sul da Vila de Rio Grande e do rio Jacuí (serras dos Tapes e Herval) têm sido refúgio de delinquentes que atuam nos campos de Montevidéu, Maldonado, Soriano, Bacas, Santa Fé, Corrientes e Missões. Tudo com o fim de roubar cavalhadas, das nossas estâncias do oriente dos rios da Prata, Uruguai e Paraná. Meus governados, atingidos por tão continuadas e incessantes ações, sofrem os maiores prejuízos, ao verem suas fazendas destruídas”.

As fontes primárias sobre estas guerrilhas são raras.

Elas foram decisivas e tenho procurado interpretar seu papel, em exaustivo estudo dessa guerra.

Derrota do Invasor em Tabatingai

Prosseguindo em seu avanço, em duas colunas, a maior sofreu fragorosa derrota em Tabatingai, em 10 Jan 74. Ao conhecer este fracasso e desconfiando do atraso da coluna

das Missões, Vertiz abrandou suas exigências. Comprometida a mobilidade e a alimentação de seu Exército, decidiu recuar, célebre, em busca de abrigo na base militar mais próxima — Vila de Rio Grande. Retornou através dos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada, bases das guerrilhas responsáveis por suas derrotas em Santa Bárbara e Tabatingai.

O Forte do Rio Pardo, projeto do Coronel Alpoym, projetista dos Arcos no Rio de Janeiro, passou a fazer jus ao epíteto “Tranqueira Invicta”.

Uma Ação Retardadora Modelar

Foi decisiva para a vitória a Ação Retardadora, muito bem planejada e conduzida por Marcelino de Figueiredo. Ela foi executada, pelos capitães José Carneiro da Fontoura, comandante ao sul do Jacuí, Rafael Pinto Bandeira e Cypriano Cardoso. Em Santa Bárbara, Rafael reeditou feito de seu pai, Francisco Pinto Bandeira, em Monte Grande há 11 anos passados. Seu pai falecera há pouco. Foi substituído pelo paulista Cypriano, conforme já referi.

Em Tabatingai, guarda fundada por seu pai, Rafael foi o inspirador do ardil que transformou uma derrota certa numa vitória retumbante. Isto, ao fazer o inimigo cair numa armadilha preparada pelos capitães Carneiro da Fontoura e Cypriano.

Fortes São Martinho e Santa Tecla — Grandes Ameaças

As tropas de Cavalaria Ligeira, nome oficial das guerrilhas, eram constituídas em grande parte por paulistas enviados em socorro ao sul e por estancieiros rio-grandenses.

Estes marcariam, daí por diante, sua presença militar marcante, como sentinelas no Sul, em defesa da Integridade e Soberania do Brasil.

Vertiz deixou plantados no Rio Grande os fortés de Santa Tecla e São Martinho. Ambos bases de partida para ataques a Rio Pardo, barreiras às incursões de nossas guerrilhas e instrumentos de domínio de cerca de 2/3 do atual Rio Grande.

EXPULSÃO DOS ESPANHÓIS DO RIO GRANDE

Reação à Invasão em Portugal

A invasão de Vertiz repercutiu em Portugal. O Marquês de Pombal decidiu em relação ao Rio Grande:

- Concentrar, na área, o Exército do Sul, ao comando do Tenente-General Henrique Böhn. Este desde Out 1767 no Brasil, como Inspetor Geral de nosso Exército Colonial, com a missão de organizá-lo, equipá-lo e adestrá-lo, segundo a doutrina do Conde de Lippe, que teve tarefa idêntica no Exército da Metrópole.
- Determinar a Böhn: Estudar o terreno no Rio Grande, ocupá-lo vantajosamente e manter a paz, se possível. Do contrário, atacar sem descanso, até não existir um castelhano no Rio Grande.

Do estudo do terreno, Böhn concluiu pela ofensiva.

Objetivos do esforço ofensiva do Exército do Sul

O esforço ofensivo deveria ser conduzido sobre três pontos fortes e nesta seqüência:

- Forte São Martinho, por barrar o acesso português às Missões e ameaçar o flanco de Rio Pardo.
- Forte Santa Tecla, por barrar o acesso português às campanhas de Maldonado, Montevidéu e Colônia, ameaçar Rio Pardo e possibilitar intercâmbio de reforços com as Missões.
- Vila de Rio Grande, por barrar o acesso português ao sul pelo litoral e, base de partida, para ataques sobre Porto Alegre e Laguna.

Böhn escolheu como posição mais vantajosa e principal São José do Norte, cujo comando passou a exercer pessoalmente.

Confiou o comando da Fronteira do Rio Pardo e da base logística em Porto Alegre, ao Governador do Rio Grande, Marcelino de Figueiredo.

O apoio das guerrilhas ao Exército do Sul

O Exército do Sul, após concluída sua concentração, atingiu o efetivo de 4.000 homens, assim distribuídos:

São José do Norte	3.365 h (82%)
Porto Alegre	27 h
Rio Pardo	710 h

Destes últimos, 300 guerrilheiros nas bases de guerrilhas nos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada. Deviam cumprir as seguintes missões:

- Arreadas do gado cavalar e vacum sobre os prováveis caminhos de invasão, incidindo sobre Rio Pardo.
- Busca de informes militares sobre os movimentos do inimigo.
- Distração de efetivos inimigos da Vila de Rio Grande, para o corte do São Gonçalo.
- Cobertura das direções estratégicas, a partir de Rio Grande, Santa Tecla e São Martinho, incidindo sobre o Rio Pardo.

Constituição e concentração do Exército do Sul

A concentração teve início ao final de 1774, com o desembarque em Laguna, de tropas provenientes do Rio de Janeiro. Dali marcharam, por terra, pelo litoral, até São José do Norte.

O Rio contribuiu com 135 artilheiros e o Regimento de Infantaria, o Velho, o atual Sampaio, de gloriosas tradições desde a expulsão dos Franceses do Rio de Janeiro e com uma das duas companhias do Esquadrão de Guarda do Vice-Rei, onde serviria Tiradentes e raiz histórica dos Dragões de Brasília. Unidade que se cobriu de glórias e pagou o maior tributo em sangue, ao comando do Major João Calmon, na Batalha de Passo do Rosário, cujo sesquicentenário transcorre em 20 fevereiro próximo.

Portugal contribuiu com o RI de Bragança, que de lá partiu ao comando do avô do Duque de Caxias.

E mais os RI de Moura e Estremoz, aos quais estaria reservado grande papel na Restauração.

O Rio Grande, além dos Dragões de Rio Pardo, Cavalaria Ligeira e Caçadores Índios, participou com um Batalhão de Infantaria e mais uma companhia de Artilharia, distribuída em Rio Pardo e São José do Norte. Uma companhia de Infantaria de Santa Catarina guarneceu Porto Alegre.

Apoio econômico de engenharia e naval ao Exército do Sul

Ao plano militar foi destinado todos os rendimentos das provedorias de São Paulo e Rio de Janeiro, subsídio voluntário e literário de Angola, 200.000 cruzados anuais e o equivalente ao soldo de dois regimentos enviados da Bahia.

Direta ou indiretamente, participaram com tropas e recursos do esforço de Restauração do Rio Grande: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Angola e Portugal.

O apoio de Engenharia consistiu na melhoria dos caminhos terrestres Laguna — Porto Alegre e Laguna — São José do Norte, com pontes e balsas e um roteiro dos mesmos, com indicação de recursos locais. Este apoio foi prestado pelo Marechal Funck e Francisco Róscio que mais tarde governaria o Rio Grande.

Em São José do Norte fundeu a Esquadilha Naval de Hard-Castle com 6 unidades, das quais, a "Belona" e a "Invencível", construídas em Porto Alegre. Concluída a concentração, teve início, ao final de 1775, a ofensiva para restaurar o Rio Grande.

Conquista de São Martinho

Em 31 Out 1775, o Forte São Martinho foi conquistado de surpresa e arrasado por 205 dragões e guerrilheiros do Rio Pardo, ao comando de Rafael Pinto Bandeira.

Na impossibilidade de um ataque frontal, durante 9 dias foi aberta uma picada na mata. Ela conduziu os atacantes à retaguarda de São Martinho. Foram feitos 40 prisioneiros e tomados preciosos recursos logísticos, dos quais, 7.100 cabeças de vacuns e cavaleiros.

Participou da ação, o pai de Hipólito da Costa (o fundador de nossa imprensa) como membro da Companhia de Granadeiros dos Dragões do Rio Pardo, que ali teve seu batismo de fogo.

Um insucesso naval — explicação

Em 19 Fev 1776, malogrou a tentativa do Capitão-de-mar-e-guerra Mac Douall de destruir, com sua esquadilha naval de 9 unidades, a espanhola com 7 unidades que defendia a vila de Rio Grande. Isto, para criar condições para assalto desta praça pelo Exército do Sul. O malogro de Mac Douall, após 5 horas de combate, é assim explicado:

— Faltou-lhe rapidez para abordar os barcos espanhóis e anular os fogos de 3 fortes inimigos, nos quais eles se apoaram.

— Haver adotado dispositivo de combate, como se estivesse no mar, não levando em conta correnteza do canal e das marés.

— Não ter sido socorrido pela esquadilha de Hard-Castle, impossibilitada de intervir, por sofrer ventos contrários.

— Disputa do comando do barco pernambucano “Graca”, em pleno combate, vago por morte de seu comandante, em ação.

Apesar da perda de 3 unidades e de 45 baixas contra 39 espanholas, as duas esquadrilhas reuniram-se. Böhn passou a contar com 12 unidades navais que seriam decisivas para a vitória final.

Conquista de Santa Tecla

O passo seguinte seria Santa Tecla, próximo a Bagé. Fortaleza de torrão, defendida por 250 homens apoiados em 8

canhões com potência total de 30 libras, com destacamento de segurança externa, água e charque para resistir a cerco prolongado. Seu valor militar foi subestimado pelo Vive-Rei e General Böhn.

Para conquistá-lo de surpresa, foi atribuída a missão a Rafael Pinto Bandeira, auxiliado pelo Major Patrício Correia Câmara, recém chegado de um RI do Rio de Janeiro e que se tornaria um grande fronteiro rio-grandense, até o limiar de nossa Independência.

Marcelino de Figueiredo organizou uma força de 619 homens, dos quais 366 Dragões do Rio Pardo ao comando de Patrício, 193 guerrilheiros da Cavalaria Ligeira, com suas bases nos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada, e, uma Companhia de Infantaria de Caçadores Índios organizada em Rio Pardo.

Rafael recebeu a ordem de atacar Santa Tecla, em sua base de Encruzilhada do Duro, na Serra dos Tapes.

Após atravessar o Camacuã e reunir-se nas Guardas de Encruzilhada, na serra do Herval, com Cypriano Cardoso, marchou para o Piquiri.

Momentos críticos no cerco de Santa Tecla

Do Piquiri, partiram Rafael e Correia Câmara, para surpreender Santa Tecla. A tentativa falhou. Santa Tecla foi submetida a cerco durante 26 dias. Em 25 Mar, capitulou sob condições. Em 26, seus defensores a evacuaram pelo portão dos fundos, rumo a Montividéu.

Em 27, suas muralhas foram arrasadas pelos portugueses. Durante o cerco, a situação dos sitiados ficou crítica. Isto, pelo desgaste da cavalhada, após um mês de operações, patrulhamento intenso e confinamento, em reduzidas e raspadas pastagens de verão. Ela teve, então, de alimentar-se de raízes e ervas. Isto foi informado ou interpretado pelo Marquês de Pombal, como sendo a tropa que alimentou-se de ervas e raízes, o que desgostou Marcelino de Figueiredo que

havia fornecido, à coluna atacante, 4.000 vacuns para alimentação.

Expulsos os espanhóis de Santa Tecla e São Martinho, faltava a reconquista da vila de Rio Grande.

Ataque à Vila de Rio Grande

Para reconquistá-la, além de seus Fortes e esquadrilha, era preciso vencer, com meios descontínuos, a enorme distância entre São José do Norte e Rio Grande.

O ataque a Vila de Rio Grande foi decidido para as 0300 horas do dia 1.º de abril de 1776. Dia seguinte ao aniversário da rainha, festejado ruidosamente, com salvas e embandeiramentos, pelo Exército do Sul e Esquadrilha Naval. Tudo para iludir os espanhóis em Rio Grande.

Dispositivo espanhol e português

Dispositivo inimigo em Rio Grande:

- Efetivo estimado: 1.500 homens de terra, afora os de mar.
- Esquadrilha Naval com 8 unidades.
- Fortes: Da Barra, Mosquito, Novo, Trindade, Mangueira, Ladino, da Vila e do Arroio.
- Potência de fogo (esquadria e fortões): 674 libras.

Dispositivo: português em São José do Norte:

- Efetivo: 4.385 homens de terra e mar.
- Esquadrilha Naval — 12 unidades. Participaram das ações as fragatas "Graça" (de Pernambuco) e "Glória", corvetas "Vitória", "Invencível", "Belona" e "Penha" e Sumaca "Sacramento" (7 unidades). O QG do Exército do Sul estava no forte do PATRÃO-MOR.
- Potência de fogo da esquadrilha, cerca de 800 libras.
- Potência de fogo total (fortes+esquadrilha): 956 libras.

Destacamento de assalto

1.ª Fase do ataque: Às 0300 horas da madrugada, dois destacamentos, da 1.ª vaga de assalto, deixaram os Fortes da Barra e Patrão-Mor para a conquista de seus objetivos — Fortes espanhóis do Mosquito e Trindade.

Um terceiro destacamento ficou em condições de, mediante ordem, partir do Forte Guarda Norte e atacar a vila de Rio Grande. Objetivo: Fixar efetivos inimigos na Vila.

Ficaram em reserva, junto ao Forte do Patrão-Mor, cinco unidades navais.

O 1.º Destacamento — Major Soares Coimbra, 200 granadeiros do 1.º RI do Rio de Janeiro e RI de Extremoz, teve a seu cargo o ataque secundário. Usando lanchas de barcos mercantes, e jangadas, desembarcou sem reação. Às 0430 já havia conquistado o forte do Mosquito. Na reação os espanhóis tiveram 7 baixas.

Ataque principal

O 2.º Destacamento — Major Manoel Carneiro, 200 granadeiros dos RI de Bragança e de Moura, teve a seu cargo o Ataque Principal. A este foi guiado, pelo Tenente Manoel Marques de Souza, Ajudante de Ordens do General Bohn e, mais tarde, padrinho do Marquês de Tamandaré e avô do Conde de Porto Alegre.

Sua missão: Ultrapassar, a noite, sem ser pressentido, a esquadrilha inimiga ancorada junto aos Fortes Trindade e Mangueira.

Após conquistá-los, ao amanhecer voltar os canhões dos mesmos contra a Esquadrilha Naval inimiga.

Este Destacamento deixou a base de partida embarcado em lanchas da Esquadrilha Naval e jangadas. Os ruídos produzidos, por algumas lanchas que encalharam, foram presentidos pelo barco inimigo “Santa Mathilde” que abriu fogo

contra elas. Isto obrigou seus ocupantes a desembarcarem com água pela cintura, com espada presa nos dentes e bornal de granadas na cabeça.

Duas cabeças de praia na margem sul

2.^a Fase do Ataque: O Forte de Trindade foi conquistado com auxílio dos canhões do Mosquito. Os retirantes de ambos incendiaram os barcos "Pastoriza" e "N. S. do Carmo". Ao amanhecer, o General Bohn já havia atravessado o canal na 2^a vaga de assalto e conquistado 3 Fortes e, com eles, duas sólidas cabeças de praia.

Das 6 às 9 horas, os atacantes, com os canhões dos Fortes conquistados, bombardearam a esquadilha inimiga. Esta, surpresa, levantou ferros e rumou na direção da barra, à procura de melhores ventos. Às 0800 horas, ela manobrou perigosamente, para escapar dos fogos do Forte de São Pedro da Barra. Perdeu, por encalhe, 3 unidades.

A esquadilha de Hard Castle bombardeou os fortões do Ladino e Novo. O primeiro cedeu a pressão. O segundo ofereceu heróica resistência, particularmente, à agressiva e brava corveta pernambucana "GRAÇA".

Capitulação e evacuação da Vila de Rio Grande

3.^a Fase do Ataque: Das 9 às 15 horas de 1.^o de abril registrou-se: Rendição dos fortões Novo (1800 horas) e Barra (2.100 horas). Ultimatum à Vila de Rio Grande, às 1.800 horas e *resposta de capitulação* às 21 horas. Partida da esquadilha inimiga para o sul, com 3 unidades das 7 que possuía. Evacuação espanhola da Vila na madrugada de 2. Ocupação portuguesa da mesma no início da tarde.

E, assim, terminou, após 30 horas, a operação de reconquista da Vila de Rio Grande. Vitória maiúscula e feliz, na qual foi tirado o máximo partido dos princípios de guerra do Objetivo, Surpresa, Manobra e Segurança.

"Te Deum" em ação de graças pela reconquista

Em 7 de abril foi cantado um *Te Deum*, em ação de graças pela feliz reconquista da Vila de Rio Grande, após 13 anos sob domínio espanhol. Participaram da cerimônia o Exército do Sul e a Esquadrilha de Hard-Castle. O *Te Deum* teve lugar defronte à atual Catedral de São Pedro, projeto do Coronel Alpoym, local de batismo do futuro Almirante Tamandaré e abrigo dos restos mortais de Rafael Pinto Bandeira, grande legenda nessa guerra.

Espanhóis retiram-se para Santa Tereza

Foi levantada a planta da Vila de Rio Grande pelo Marechal Jaques Diogo Funk, auxiliar do General Bonh, em Engenharia e Artilharia, cuja obra estudo em: *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul*.

Ele prestou assinalados serviços à restauração do Rio Grande. Foi o primeiro a sugerir a ligação, por águas interiores, de Torres — Porto Alegre — Rio Grande e a mapear e descrever o litoral rio-grandense, de Torres a São José do Norte.

Os espanhóis se retiraram para a Fortaleza de Santa Tereza, hoje tornada monumento histórico, graças ao trabalho de Miguel Arredondo, grande preservador da Memória do Uruguai.

Restaurado, o Rio Grande, as duas bases militares portuguesas voltaram a ser Rio Grande e Rio Pardo, ambas ligadas por um caminho terrestre balizado pelas atuais cidades de Pelotas, Canguçu e Encruzilhada.

Reação na Espanha à reconquista de Rio Grande

A reconquista repercutiu na Espanha. Ela criou o Vice-Reinado do Prata, para o qual designou o general Ceballos. Este partiu de Cadiz, forte de 9.000 homens de terra e mar, para cumprir o seguinte plano:

Conquistar sucessivamente: a Ilha de Santa Catarina, para isolar o Exército do Sul, a Vila do Rio Grande e Colônia

do Sacramento. Ceballos conquistou Santa Catarina. Frassou no ataque a Rio Grande, por ter sua esquadra dispersada por fortes ventos e conquistou definitivamente a Colônia do Sacramento. Após, concebeu esmagar o Exército do Sul em Rio Grande, através de um movimento de pinça, por forças provenientes de Santa Catarina e Santa Tereza.

Dispositivo de expectativa do Exército do Sul

O Exército do Sul concentrou-se em Rio Grande. A Fronteira de Rio Pardo foi reforçada por uma Legião de Voluntários Reais de São Paulo e um RI de Santos.

A cobertura de Rio Grande ao norte foi feita em Torres, com a ereção do Forte São Diogo, segundo projeto do Marechal Diogo Funk. Foi guarnecido, pela companhia de granadeiros do RI de Santos. Ao Sul, no Albardão e Taim, pela Companhia de Cavalaria do Vice-Rei e Dragões do Rio Pardo.

Nesta ocasião o forte de Santa Tecla foi recuperado pelos espanhóis.

Rafael Pinto Bandeira, agora coronel de uma Legião Cavalaria Ligeira, estabeleceu a cobertura da Vila de Rio Grande, face a direção de Santa Tecla, na Serra dos Tapes, em Canguçu atual.

Nesta época, ali esteve quase à morte, tendo de ser transportado de maca. Mas, mesmo assim permaneceu atuante.

Ativou as arreadas, a busca de informações militares nas imediações de Santa Tereza, Maldonado, Montevidéu e Colônia e vigilância de Santa Tecla. Passou a usar, como via de acesso para suas operações, a direção atual — Canguçu, Piratini, Herval do Sul — Cerro Largo (atual Mello no Uruguai). Esta direção passaria a ser bloqueada, na guerra de 1801, com o forte do Cerro Largo.

Conseqüências da "Viradeira"

Quando Ceballos preparava-se para atacar Rio Grande, teve lugar em Portugal a "Viradeira". Esta, em conseqüência

da morte de D. José I, provocando a queda do Marquês de Pombal e a subida ao trono de D. Maria I, acompanhada de importantes reflexos para o Brasil e, particularmente para o Rio Grande.

O Tratado de Santo Ildefonso — fim da guerra

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1.º de outubro de 1777, pôs fim a esta guerra.

- Santa Catarina foi devolvida a Portugal.
- Colônia do Sacramento, após 97 anos de disputa, passou definitivamente à Espanha.
- No Rio Grande, foi estabelecida uma faixa neutra, entre os domínios das duas coroas. Ela, ao sul da vila de Rio Grande, abrangeu todo o atual município de Santa Vitória do Palmar.

Período de paz e progresso no Rio Grande

Seguiu-se um período de grande progresso no Rio Grande.

O trigo, introduzido para alimentar as tropas vindas de Portugal, se desenvolveu. As estâncias expandiram-se sobre os terrenos devassados e explorados pelas guerrilhas.

Em 1776, foram estabelecidas as charqueadas em Pelotas atual.

Em 1783, a Real Feitoria do Linho-Canhamo no município de Canguçu atual, base de guerrilhas de Rafael na última guerra.

Todo este processo foi dirigido pelo General Veiga Cabral que governaria o Rio Grande de 1780-1801, até morrer, após bem planejar e conduzir, de seu leito de morte, em Rio Grande, a Guerra de 1801. Dela resultou a incorporação dos Sete Povos das Missões e ricos territórios entre o Piratini e Jaguarão. Veiga Cabral foi o comandante, como coronel, do destacamento que ocupou a Vila de Rio Grande em 2 de abril de 1776. Foi o sucessor do avô do futuro Duque de Caxias no comando do RI de Bragança, uma das raízes históricas do Regimento Sampaio.

O valor de um pensamento militar

Comparando o Tratado de Madrid com a configuração atual do Rio Grande, constatamos que ele compensou, com vantagem, entre o Quaraí e o Ibicuí, o que perdeu ao sul de Jaguarão, além de apoiar-se em acidentes naturais como o Quaraí, Jaguarão e Chuí e, não, numa linha seca onde pretendeu-se estabelecer a Fortaleza de Santa Tereza.

Configuração que muito se deve ao pensamento militar de nossos ancestrais, assim sintetizado por Paula Cidade:

Julgada a causa justa, buscar proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios.

Pensamento decorrente do político de Portugal na época, Dilatar a Fé e o Império, tão presente e vivo na obra *Lusíadas* de Camões, o imortal poeta e soldado. A este pensamento político, muito deve o Brasil suas dimensões continentais, particularmente em seus desdobramentos nos campos militar e diplomático.

BIBLIOGRAFIA

A presente interpretação é feita do estudo e análise das seguintes fontes que o autor pode dispor:

- 1 (—) ANTUNES, de Paranhos, Cel "Dragões do Rio Pardo". Rio Bibliex, 1954.
- 2 (—) BENTO, Claudio Moreira. Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História. "Correio Braziliense", 21 Abr 72. (Síntese histórica dos Dragões da Independência).
- 3 (—) Santa Vitória do Palmar na História Militar. "Revista Militar Brasileira", n.º 3 e 4, Jul/Dez 74. pp. 63-86.
- 4 (—) Contribuição aos festejos do Centenário de D. Pedrito. "Defesa Nacional", n.º 647, Jan/Fev 73, pp. 115-121.
- 5 (—) Bicentenário da Conquista do Forte de São Martinho. "Correio do Povo", 23 Nov 75. "Defesa Nacional", Set/Out 75, pp. 19-26.
"Correio Braziliense", Out/75. "Revista Militar Brasileira", Jul/Dez 75, pp. 7-10. "Diário de Notícias". Porto Alegre, Out/75. Diário Popular". Pelotas — RS, 28 Dez 75.

- 6 (—) Uma efeméride de grande significação geopolítica e militar. "Diário Popular", Pelotas, 7 Set 75.
- 7 (—) Bicentenário da Conquista de Santa Tecla. "Diário Popular". Pelotas, 28 Mar 76. "Letras em Marcha" n.º 54-1976. "Correio do Sul". Bagé-RS, 24 e 25 Mar 76. "Correio Braziliense", Abr/76. "Correio do Povo". Porto Alegre, Abr/76.
- 8 (—) Bicentenário da Reconquista da Vila de Rio Grande. "Revista Militar Brasileira", IV trim 75 e I trim 76. "Diário Popular". Pelotas, 04 Abr 76, e "Rio Grande", Rio Grande.
- 9 (—) O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul". Porto Alegre, IEL, 1976.
- 10 (—) "Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS", Porto Alegre, IEL, 1976.
- 11 (—) As charqueadas em Pelotas — Influência no povoamento do Sul — Projeção econômica e Social. Como foram vistas por Saint Hilaire, Debret e Herbert Smilti. "Diário Popular", Pelotas, 1 e 8 Mar 70.
- 12 (—) História da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu. 1783-1788. "Diário Popular", Pelotas 30 Ago e 7 Set 70.
- 13 (—) As 11 estâncias jesuíticas no RGS. "Diário Popular", Pelotas, 22 Jul 70. "Diário de Notícias", Porto Alegre, 2 Ago 70. "Correio do Sul", Bagé, Ago 70.
- 14 (—) Muares contribuições ao desenvolvimento do RGS. "A Razão", Santa Maria, 23 Jul 70.
- 15 (—) Em defesa da Memória do Coronel de Dragões Thomaz Luiz Osório — Comunicação ao Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande — julho 1976 — IHGB.
- 16 (—) Síntese da História da FT Brasileiras na área da 3.ª RM. "Revista Militar Brasileira" — Jul/Dez, pp. 43-80.
- 17 CESAR, Guilhermino. "História do Rio Grande do Sul" — "Período Colonial".
- 18 (—) "Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul" — 1605-1801. Porto Alegre — UFRGS 1965. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970.
- 19 CIDADE, F. de Paula, Gen. "Síntese de três séculos de Literatura Militar Brasileira". Rio, Bibliex, 1959.
- 20 (—) "Lutas no Sul contra os espanhóis e seus descendentes". Pio, Bibliex, 1948.
- 21 CRUZ, Alcides. "Vida de Rafael Pinto Bandeira". Porto Alegre, 1906.

- 22 DOCCA, Emilio F. de Souza, Gen. "História do Rio Grande do Sul". Rio, Org. Simões, 1954.
- 23 FERREIRA FILHO, Arthur. "História Geral do Rio Grande do Sul". Porto Alegre, Ed. Globo, 1960.
- 24 FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. "A Batalha do Passo do Rosário". Rio, Bibliex, 1951 — 2^a Ed.
- 25 FROTA, Guilherme Andrea. "Uma Visão Panorâmica da História do Brasil", Rio, Emp. Gráf. Cruzeiro S/A. 1975 — Vi 1. (Livro texto adotado no Colégio Naval).
- 26 FORTES, João, Gen. "O Rio Grande de São Pedro". Rio, Bibliex, 1941. HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Rio, Estado-Maior do Exército, 1974, 3v.
- 27 MONTEIRO, Jonathas do Rego, Cel. Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul. "Revista Militar Brasileira", 1 a 4, ano 1935.
- 28 (—) Fortificações do Canal e Cidade do Rio Grande. "in: Anais do 2.^o Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense" Porto Alegre, Ed. Globo, 1937. v.2, pp. 243-264.
- 29 OSÓRIO, Fernando Luiz. "Sangue e Alma do Rio Grande". Porto Alegre, Ed. Globo, 1937.
- 30 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Quadro das Forças de mar e terra existentes nas capitâncias do RJ e MG e Colônia do Sacramento para a defesa da Fronteira Sul. 21: 181, 189, 185, 18, 59.
- 31 SÃO LEOPOLDO, Visconde de. "Anais da Província de São Pedro". Rio, INL, 1946.
- 32 SILVA. Riograndino da Costa e Silva, Gen. "Apontamentos da História" da 3^a RM, Porto Alegre, 3^a RM, 1971. 2^a ed.
- 33 SPALDING, Walter. O Forte de Santa Tecla. "in: Anais do 2.^o Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense". Porto Alegre. Ed. Globo. v.2, pp. 265-285 (Com planta do Forte desenhado por F. Corona).
- 34 VELLINHO, Moysés. "Capitania d'El Rey". Porto Alegre, Ed. Globo, 1970. 2^a ed.
- 35 WIEDERSPHAN, Henrique Oscar, Ten Cel. Das guerras cisplatinas às guerras contra Rosas e o Paraguai. "Rio Grande Antigo". Canoas, Ed. Regional, 1956.v.2, pp. 151-258.
- 36 (—) Segundo Centenário da Expulsão dos espanhóis do Rio Grande, Palestra em 3 abr 76 no IHGSP.
- 37 (—) Invasões de Ceballos e Vertzy. "in:" RIHGRGS, Porto Alegre, 1.^o trim. 1936, pp. 21-58.

Relações Públicas no Exército

Ten Cel Inf QEMA

FILADELFO REIS DAMASCENO

1 — INTRODUÇÃO

A Assessoria de Relações Públicas do Gabinete do Ministro do Exército considera um privilégio e uma honra poder participar da 1.^a Semana de Relações Públicas, promovida pela Associação Brasileira de Relações Públicas do Distrito Federal e CEUB e destinada a dar aos acadêmicos de Comunicação uma visão prática de sua futura profissão.

Privilégio porque, de acordo com a programação estabelecida, cabe-nos mostrar o funcionamento das Relações Públicas em uma instituição pública, com características singulares, em função de sua atividade-fim, que é proporcionar segurança. Privilégio ainda, por mantermos o contato inicial com pessoas que optaram pela Comunicação como atividade profissional, convencidas da nobre missão que lhes está reservada num mundo em rápida e contínua transformação.

Honra, por podermos colaborar num empreendimento da maior relevância, transmitindo aos jovens universitários a vivência e a prática das Relações Públicas no âmbito do Exército e dialogando com a nossa juventude, esperança-certeza do Brasil Grande de amanhã.

Se não podíamos deixar de atender ao honroso convite dos promotores desta Semana, pelas razões já invocadas, a participação dos universitários deu ao mesmo um caráter

imperativo, transformando-o em ordem, que um militar, em sã consciência, jamais deixaria de cumprir.

O conferencista, que sempre julgou gratificante os inúmeros encontros com acadêmicos de várias regiões do País, sente-se perfeitamente à vontade, em seu primeiro contato com os universitários de Brasília. O fato de ter sido jovem e não haver esquecido o idealismo e a inquietação da mocidade, o contato permanente com a juventude por dever de ofício e as responsabilidades de pai, que procura não ser ultrapassado pela evolução dos tempos, fazem com que encaremos com naturalidade o diálogo com os jovens, em cujas mãos depositamos, com toda a confiança, o futuro e a grandeza do Brasil.

Dentre as inúmeras qualidades da juventude, admiramos sobremodo o informalismo, a descontração, o relacionamento rápido e fácil. Para não decepcionar os universitários do CEBU, vamos substituir o traje a rigor do conferencista, por demais solene e formal, pela roupa a passeio do palestrante, muito mais íntima e comunicativa.

Vou lhes contar uma história, talvez uma estória, que, de certo modo, ilustra a situação do conferencista perante a assistência.

Mais tarde os senhores compreenderão a minha afirmação. Porque, comparecer perante estudiosos de Comunicação, para discutir os assuntos polêmicos e controvertidos da matéria, seria uma imprudência, que, em sã consciência, um baiano não comete. Por exemplo, julgaria uma temeridade abordar os seguintes assuntos: 1.º) As Relações Públicas constituem uma arte, uma técnica, uma ciência ou a reunião de todas essas coisas? 2.º) Qual o conceito mais exato de Relações Públicas? 3.º) Qual a denominação correta dos profissionais de RP? 4.º) Quais os limites entre Relações Públicas, Publicidade e Propaganda?

(Abramos um parêntesis e passemos à nossa história. Narrar a história do "Sábio e o Barqueiro", para mostrar a importância da experiência e da prática. Criar o suspense, para despertar o interesse).

A esta altura, é natural que todos queiram saber o desfecho do caso. O barco virou ou não virou? O sábio chegou ou não chegou a Manaus?

Sem desejar fazer um suspense "hitckoquiano", interrompemos a história neste ponto, com a promessa de que, mais tarde, retomaremos o fio da narrativa. Colocando-nos na posição do barqueiro e deixando o prosseguimento à imaginação dos senhores, passamos a apresentar a nossa palestra propriamente dita.

O Assunto de nossa Palestra será: "Relações Públcas no Exército".

O objetivo da palestra foi dado pelos promotores da Semana: "Mostrar como se processam, na prática, as Relações Públcas no âmbito do Exército Brasileiro".

Para atingirmos o nosso Objetivo, seguiremos o seguinte Sumário:

1. Introdução.
2. Importância das Relações Públcas para o Exército.
3. O Sistema de Relações Públcas do Exército.
4. A Política de Relações Públcas do Exército.
5. A Assessoria de Relações Públcas do Gabinete do Ministro.
6. Problemas de Relações Públcas no Exército.
7. Conclusão.
8. Debates.

A nossa Palestra será dividida em duas partes:

1.^a Parte: Exposição do Assunto.

2.^a Parte: Exibição de um filme, Debates e Conclusão.

2 — IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS PARA O EXÉRCITO

a. Necessidade de Relações Públcas

A História mostra que os sacerdotes e guerreiros foram os primeiros cultores das RP, procurando impressionar favo-

ravelmente a Opinião Pública, por meio de demonstrações exteriores. (Cerimônias, uniformes, símbolos, medalhas e desfiles). Com a vida moderna, como não é mais possível mostrar a todos, procura-se informar. O povo tem o direito de saber tudo sobre as Forças Armadas, dentro dos limites da segurança, pois contribui com pessoal, recursos e, às vezes, até a vida de seus filhos. O Exército sempre buscou do público o melhor julgamento, maior confiança e compreensão para, em consequência, obter o apoio indispensável.

b. Conceito de Relações Públicas, para o Exército

“Relações Públicas é a atividade que visa a obter a integração e o ajustamento entre o Exército e seus públicos”.

c. Histórico das Relações Públicas no Exército

O contato com exércitos de outras Nações, durante a 2.^a Guerra Mundial, mostrou a importância das RP. Em 1956, foi criada no Gabinete do Ministro a 1.^a Divisão (Relações Públicas). Em 1957, o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) dava ao Ajudante Secretário as atribuições de Relações Públicas. Ainda em 1957 foi criado o “Noticiário do Exército”, jornal diário, para o Público Interno. Em 1962, foi aprovado o “Guia de Relações Públicas do Exército”, que instituía o Serviço de RP, embrião do atual Sistema. Em 1964, a Comissão Diretora de Relações Públicas substituiu o Serviço de RP, passando a denominar-se Centro de Relações Públicas do Exército, em 1969, e Assessoria, em 1965, por força de alterações no Regimento Interno do Gabinete.

d. Centro de Estudos do Pessoal (CEP)

A criação do CEP, em 1965, foi um passo importante na evolução das RP no Exército. Mantendo um grande intercâmbio com professores civis, o Centro ministra os Cursos de Comunicação Social, Categorias “A” e “B”, respectivamente, para Oficiais com os Cursos da EsAO e ECEME. Os

currículos são, basicamente, os mesmos das Faculdades de Comunicação, com a diferença única na carga horária, que é de 500 a 600 horas. Para Sargentos, existem os Cursos de Operações Psicológicas e Relações Públicas. Os Cursos do CEP habilitam os alunos ao trabalho nas 5.^{as} Seções e têm um caráter eminentemente objetivo e prático.

3 — O SISTEMA DE RELAÇOES PÚBLICAS DO EXÉRCITO

a. Enquadramento no Sistema do Poder Executivo

O Sistema de Relações Públicas do Exército constitui um subsistema do “Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo”, que tem a “Assessoria de Relações Públicas — ARP”, da Presidência da República, como órgão central, encarregado da “orientação e coordenação da execução da Política de Comunicação Social do Governo Federal”. O Sistema de RP do Exército está sujeito à “orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica” da ARP, sem prejuízo da subordinação ao Exército. O Exército tem ampla liberdade de empreender campanhas e divulgar mensagens tendentes a manutenção de sua imagem, tanto para o público interno como para o público externo.

b. Estrutura do Sistema de Relações Públicas

O órgão central do Sistema de RP é a “Assessoria de Relações Públicas do Gabinete do Ministro”, que se liga com a 5.^a Seção do Estado-Maior do Exército e dos Grandes Comandos (Exércitos e Comandos Militares da Amazônia e Planalto) e Seções de RP dos Departamentos. Esses órgãos, através da cadeia de comando, ligam-se com os escalões subordinados até as Unidades, onde existem Oficiais de Relações Públicas.

c. Funcionamento do Sistema de RP

A Assessoria de RP do Gabinete do Ministro, órgão central do sistema, desempenha a função normativa e orienta-

dora para o Ministério do Exército. Além disso, é encarregada do planejamento e execução de atividades destinadas ao Exército em conjunto, como Revistas, Audiovisuais, Filmes, Cartazes, etc. Executa também, no âmbito do Exército, as ações promovidas pela ARP e as Relações Públicas do Gabinete do Ministro.

A 5.ª Seção do Estado-Maior (Assuntos Civis) é encarregada da parte doutrinária das RP, que se encontra reunida nas "Instruções Provisórias de Relações Públicas", editadas em 1975.

As 5.ªs Seções dos Exércitos e Seções de RP dos Departamentos têm a seu cargo o planejamento e a execução das RP nas áreas sob a sua jurisdição, de acordo com as Diretrizes Ministeriais, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.

A realimentação do sistema ou "feedback" é feita através de Relatórios Mensais de RP, Pesquisas de Opinião, Acompanhamento da Imprensa e Encontros de Oficiais de Relações Públicas.

4 — POLÍTICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DO EXÉRCITO

a. Diretriz Ministerial

1) Objetivos

- Participação no Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, de acordo com a orientação do Governo Federal.
- Estímulo ao Público Interno, para a participação no desenvolvimento da Instituição.
- Ampliação permanente, junto ao Público Externo, da imagem do Exército Brasileiro.

2) Princípios

- Coerentes com os princípios da ARP, adaptados ao Exército.

- **Público Prioritário:** O PÚBLICO INTERNO, considerando as condições peculiares do Exército como Força Armada.
- **Verdade:** É a essência das Relações Públicas e proporcionam Coerência, Confiança e Credibilidade na fonte.
- **Impessoalidade:** Retirar das RP qualquer conotação de promoção pessoal ou de grupos.
- **Imparcialidade:** As RP devem ser conduzidas com elevado senso crítico e respeito pela opinião pública.
- **Exemplo:** De dedicação, simplicidade, austeridade, renúncia.
- **Austeridade:** Restringir-se aos recursos destinados às RP.
- **Dignidade:** Não aceitar favores ou doações para as RP.
- **Complementação:** As RP são complementares e contribuem para valorizar a atividade-fim de Segurança.
- **Responsabilidade:** Todos os componentes do Exército são agentes de RP e responsáveis pela imagem do Exército.

b. Planos e Programas

A Assessoria de Relações Públicas do Gabinete do Ministro elabora um Plano de Relações Públicas com a orientação geral a ser seguida e os escalões subordinados executam o seu planejamento regional ou local, coerente com as circunstâncias. O Plano de Relações Públicas tem como anexos 4 grandes projetos, enfatizando os aspectos considerados prioritários. Projeto “O Seu Exército”, que busca mostrar a imagem real da Instituição, em seu conjunto. Projeto “Evocação Cívica” que trata do culto às tradições e vultos do Exército e solenidades. Projeto “Comunicação”, que se ocupa das atividades atuais e do Reequipamento. Projeto “Pesquisa”, para estimular a pesquisa e conscientizar de sua importância.

5 — A ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DO GABINETE

É o órgão central de Relações Públicas, normativo e planejador para o Exército e executivo para as campanhas da ARP.

a. Atribuições

- Participar da Política de Comunicação Social do Executivo.
- Assessorar o Ministro do Exército na formulação da Política de Relações Públicas do Ministério e propor medidas necessárias à sua execução.
- Influenciar a Opinião Pública, de modo a habilitar os grupos à formulação e compreensão de opiniões lógicas e racionais relacionadas com os problemas do Exército.
- Produzir campanhas ou projetos de RP destinadas ao Exército.

b. Organograma da Assessoria

Chefia: 1 Coronel com o Curso de Estado Maior.

Seção de Produção e Divulgação:

1 Ten Cel com o Curso de Estado-Maior, 1 Assessor Civil, DAS, com o Curso de Comunicação, 1 Agente Administrativo, 1 Sargento e 1 Soldado.

Seção de Produção e Divulgação:

1 Ten Cel com o Curso de Estado-Maior, 1 Major com o Curso de Aperfeiçoamento, 3 Sargentos e 1 Soldado.

Seção de Apoio: 1 Major com o Curso de Aperfeiçoamento, 1 Tenente, 2 Datilógrafos Civis, 4 Sargentos e 1 Soldado.

O efetivo é bastante reduzido para os encargos da Assessoria e as verbas e recursos materiais são igualmente precários.

Por medida de economia, há uma grande centralização de atividades. A Assessoria realiza, na maioria das vezes, todo o trabalho de criatividade, redação, diagramação e montagem dos projetos, contratando apenas a impressão ou filmagem dos mesmos.

c. Atividades da Assessoria

A Assessoria já desenvolveu os seguintes Projetos:

- 1) Revistas: "Sinopse Histórica do Exército Brasileiro", em Inglês, Francês, Espanhol e Português. "Duque de Caxias". "Sentinelas da Amazônia", nas línguas já citadas. "Os Caminhos da Integração Nacional", nas línguas citadas. "Moderno Exército Brasileiro". "Exército: A Grande Escola".
- 2) Tablóide: "O Verde-Oliva", trimestral, com edições especiais, dedicadas a Marinha e Aeronáutica, nos dias dedicados ao Marinheiro e ao Aviador.
- 3) Audiovisuais: foram feitos dois, "Assim é o Seu Exército".
- 4) Filmes: Foram feitos três de 10 minutos, "Sentinelas da Amazônia", "Como se forja um Chefe", "Três Homens e um Destino", 1 filme sobre Pesquisa de 15 minutos, "Tempo Presente, Tempo Futuro" e um de 1 hora de duração, "O Exército Brasileiro".
- 5) Discos: "Hinos e Canções Militares".
- 6) Cartazes: Anualmente é feito 1 cartaz para a "Semana do Exército".
- 7) Concursos: De fotografias e monografias sobre Caxias.
- 8) Postais: 2 Séries de 10 postais.
- 9) Posters: 1 série com 8 fotografias diferentes.
- 10) Brindes: Embora de validade discutível, julgamos válidos, não como formadores de imagem mas para preservar a imagem. Há de vários tipos: Pistolas,

- Medalhão de Caxias, espadins, espadas, sacolas, pranchetas, material escolar, calendários, chaveiros, isqueiros, porta-canetas, placas etc.
- 11) "Noticiário do Exército": Jornal diário, com tiragem de 6.000 exemplares, impressão tipográfica, em preto e branco. Embora seja o projeto mais modesto, quanto à apresentação, é o que possui o maior poder de comunicação junto ao Públíco Interno. É recebido nas principais cidades no mesmo dia e, em curto prazo, pela maioria das Unidades. Publica atos administrativos e informações de interesse do pessoal do Exército.
- 12) Atendimento à Imprensa: Diariamente, os repórteres credenciados são atendidos na "Sala de Imprensa", após as 17 horas, ocasião em que são fornecidas as informações mais importantes. O clima existente é de compreensão e respeito mútuo. A área militar normalmente não comporta "furos", pois as notícias são liberadas, ao mesmo tempo, para todos os credenciados. Com algum tempo de cobertura da área militar, os jornalistas já estão adaptados às suas peculiaridades.

6 — PROBLEMAS DE RELAÇÕES PÚBLICAS NO EXÉRCITO

a. Limitações Impostas pela Segurança

A característica principal da Instituição, uma Força Armada destinada a proporcionar Segurança, restringe e condiciona o trabalho das Relações Públícas, pois nem tudo o que deveria ser dito ao público, pode ser dito. Essa cautela necessária contribui, em parte, para o pouco conhecimento do Exército no meio civil e para a criação de estereótipos e preconceitos com relação aos militares e as suas atividades.

b. Bloqueios do Públíco Interno

A formação militar, matemática e objetiva, acentua inúmeras características, como arraigada noção de discrição

e sigilo, o trabalho anônimo e sem visar recompensas, o anti-vedetismo, a sobriedade e austeridade, que criam obstáculos às Relações Públicas. Em consequência, não existe, ainda, no Públíco Interno, uma acentuada noção da importância das RP. Aos poucos, porém, a "política de portas fechadas" está sendo substituída por uma concepção mais aberta, que já apresenta avanços consideráveis.

c. Bloqueios do Públíco Externo

A literatura estrangeira de Relações Públicas demonstra que os problemas apresentados pelo nosso Públíco Externo são os mesmos dos demais países: Falta de compreensão do verdadeiro significado da Segurança, restrições às despesas militares e dúvidas quanto à necessidade da existência de Forças Armadas permanentes, gerando preconceitos e estereótipos.

d. Dificuldades na Elaboração das Mensagens

Em razão dos bloqueios citados, os dois públicos, interno e externo, apresentam sensibilidades diferentes, razão pela qual são considerados públicos distintos. O Públíco Interno é mais interessado nos assuntos relacionados com a atividade-fim e o Públíco Externo é mais sensível a colaboração do Exército ao desenvolvimento e integração nacionais, que lhe parecem mais palpáveis do que a Segurança.

Em consequência, embora as mensagens procurem criar a mesma imagem, mostrando o Exército como fator de Segurança e realçando a sua atividade-fim, a ênfase tem de ser diferente para cada um dos públicos.

O conhecimento maior que se vem processando, mutuamente, entre o povo e o Exército e o trabalho conjunto de técnicos de Relações Públicas, militares e civis, como já vem ocorrendo, contribuirão para aproximar cada vez mais os dois públicos.

7 — CONCLUSÃO

Chegou o momento de concluir. Aproximamo-nos do final de nossa palestra, mercê da compreensão e tolerância dos senhores, que tiveram a paciência de nos ouvir durante quase duas horas consecutivas.

Aos que ainda estavam preocupados com a sorte do sábio e do barqueiro, enviamos uma mensagem de tranqüilidade. A pouca convivência entre os dois homens e o diálogo entre-cortado de barreiras foram suficientes para convencê-los de que possuíam muita coisa em comum. A proximidade do perigo, a identificação humana, a compreensão de que cada um desempenhava uma função social, a troca de experiências e, até mesmo, a semelhança na diversidade, contribuíram para aproximar-los. Somaram esforços e conhecimentos tão dispares, lutaram juntos contra os elementos enfurecidos e chegaram ilesos a Manaus!

Meus senhores!

Procuramos, na nossa palestra, dar uma visão global do funcionamento das Relações Públicas no Exército Brasileiro, calcada em nossa experiência pessoal. Convencidos de que Relações Públicas são sinônimo de Informação e de Verdade, mostramos, com a mesma sinceridade, os nossos êxitos e as nossas dificuldades, por entendermos que somente assim cumpriríamos a finalidade desta Semana e por confiarmos na maturidade e no discernimento de nossa juventude universitária.

Convencionou-se representar as Relações Públicas por uma "rua de duas mãos". Ao longo de nosso trabalho, exibimos a larga avenida asfaltada e iluminada a mercúrio e, com igual honestidade, apresentamos a ruela sem calçamento e sem luminárias. Assim procedemos, por entendermos que ambas têm existência real e desempenham um papel, cada qual a seu modo, no sistema viário da cidade da Comunicação. Talvez a larga avenida simbolize o plano ideal, a perfeição, o conhecimento teórico, a plenitude de recursos, o

"como as Relações Públícas deveriam ser". Talvez a ruela represente a prática, a realidade, as dificuldades a desafiam a imaginação criadora, os bloqueios e estereótipos, "as Relações Públícas como realmente são".

No exercício da nobre profissão que escolheram, em boa hora, encontrarão, no seu caminho, ruas de todos os tipos e, com toda a certeza, muito mais ruelas sombrias do que avenidas ladrilhadas com pedrinhas de brilhantes. Ocorre, porém, que ambas são "ruas de duas mãos", desempenham uma função social, permitem igualmente o ir e o vir, sendo, portanto, necessárias e indispensáveis.

Temos plena convicção, todavia, que a formação ética dos senhores, os sólidos conhecimentos acadêmicos, o idealismo patriótico de bem servir, o bom-senso, e a experiência acumulada através dos anos, farão com que caminhem, com o mesmo desembaraço e segurança, seja através das ruelas seja ao longo das avenidas.

Parodiando o rude barqueiro, que ousou dar conselhos ao ilustre cientista, eu cometeria a temeridade de convidá-los a meditar sobre a importância de alguns aspectos da Comunicação, como o Público Interno e a Comunicação Informal, que me parecem minimizados. Talvez isso ocorra, em razão da humana busca da perfeição ou pela tendência natural que temos de preferir passear pelas avenidas iluminadas.

Deixaremos, contudo, algumas indagações à sua curiosidade intelectual: 1.^a) Pode uma instituição projetar para o exterior uma imagem favorável e duradoura, contrária ao conceito que o Público Interno faz da mesma? 2.^a) Os meios de Comunicação de Massa, sozinhos, são entidades soberanas no moldar opiniões, atitudes e comportamentos, como pretendem os "behavioristas"? 3.^a) Ou a razão está com Lazarsfeld, destacando o valor do "líder de opinião" e da Comunicação Informal para vencer as barreiras latentes nos grupos primários? 4.^a) Terá validade a teoria de Lucien Pye de que o verdadeiro teste de modernização da Comunicação é um "feedback" efetivo entre os sistemas de Comunicação de Massa e os sistemas informais?

Meus senhores!

Os futuros profissionais de Comunicação do CEUB, jornalistas, relações públicas, publicitários e propagandistas, cada qual com a sensibilidade peculiar à sua especialidade, devem estar procurando a Mensagem subliminar oculta na nossa palestra. Qual é a mensagem?

Contrariando o construtor da Aldeia Global, Mc Luhan, eu diria que, na presente oportunidade, a Mensagem não é o meio. A mensagem não é a nossa despretenciosa palestra, não é a experiência a ser acrescida aos seus repertórios pessoais, não é a imagem do Exército Brasileiro decorrente do que foi exposto e, muito menos, a pálida figura do palestrante, simples barqueiro, que só aprendeu a nadar e a navegar.

A mensagem maior foi transmitida, sem dúvida alguma, muito antes de ter início a aula inaugural. O recado já foi dado pelos idealizadores e promotores da 1.ª Semana de Relações Públicas de Brasília. Ao arregimentar pessoas identificadas com a Comunicação, ao confrontar a teoria e a prática, ao provocar a dúvida e o debate, ao despertar a formação de uma sólida consciência profissional, enfim, ao buscar soluções brasileiras, baseadas em nossa experiência, para os problemas de Comunicação em nosso País.

A mensagem está igualmente implícita no convite feito ao Exército Brasileiro para participar deste Encontro. Convite que reflete a compreensão, a confiança, a integração e o respeito mútuo, que sempre existiram entre as Forças Armadas e o Povo Brasileiro. Convite que significa um gratificante "feedback" para os que conduzem as Relações Públicas no Exército, por revelar, mais uma vez, a permanência da imagem real da Instituição no meio civil. Os promotores desta Semana, como hábeis profissionais de Comunicação, conseguiram isolar preconceitos e estereótipos porventura existentes, ultrapassaram imaginárias barreiras entre militares e civis, acreditaram que são vistos pelo Exército como realmente o são, irmãos brasileiros, que ajudam a construir

a Pátria com a nobreza de sua profissão. Por outro lado. viram o Exército Brasileiro como realmente é, o “povo fardado”, irmãos em armas, uma Instituição que se orgulha de sua formação e tradição democráticas, que não constitui classe distinta, que jamais foi casta, que é uma parcela representativa de nossa gente, sempre pronta a ser convocada para debater e discutir, a qualquer momento, fraternalmente e sem preconceitos, os problemas de interesse nacional.

Esta, senhores, foi a grande lição, o exemplo edificante, a mensagem comovente de brasiliade dada a todos nós pelos promotores da 1.ª Semana de Relações Públicas de Brasília.

Finalisando, agradecemos, mais uma vez, o honroso convite formulado pela ABRP e CEUB, a paciência e compreensão da assistência e a brilhante e inteligente participação dos universitários durante os debates. Neste momento, convoco todos os presentes para voltarmos os nossos pensamentos e os nossos corações para o Brasil Grande de amanhã, pois, não tenho a menor dúvida de que, como o palestrante, todos os senhores estão certos e convencidos de que:

“Este é um País que vai pra Frente!”

Brasília, 25 de junho de 1976.

(Conferência de Abertura da “1.ª Semana de Relações Públicas”, promovida pela Associação Brasileira de Relações Públicas/Seção do Distrito Federal e CEUB, proferida no dia 28 Jun 76, no auditório do Ministério do Interior).

*Seja o que for que um homem possa conceber,
outros serão capazes de executar.*

(JÚLIO VERNE)

As Inovações Táticas e Materiais da Artilharia

2.º Ten Art

PAULO ROBERTO DIAS MORALES

1. Generalidades

A Artilharia nasceu com o arremesso de pedras das catapultas, passando em seguida das pedras às pesadas bolas de ferro dos antigos canhões, aos Obuses e granadas até o atual estágio dos mísseis intercontinentais, misto de projétil e aeronave.

Dentro desta escalada gradativa, o Exército Brasileiro busca acompanhar este ciclo evolutivo, adquirindo os mais modernos materiais de Artilharia usados eficientemente em outros exércitos e renovando, consequentemente, alguns conceitos táticos.

A finalidade da organização da Artilharia para o combate é proporcionar o melhor apoio de fogo possível à manobra da força apoiada, empregando os meios disponíveis e explorando suas possibilidades. Sofre, porém, a influência de certos fatores tais como as possibilidades do material e o grau de eficiência das Unidades. A arma cumpre a sua missão realizando tiros, devendo colocar-se em condições de aplicá-los no local desejado, na hora oportuna, com o volume adequado à natureza do alvo e apropriado às necessidades da unidade apoiada. Para tal mister, lança-se a Artilharia Brasileira na busca de novas técnicas e materiais que possibilitem o aumento da nossa mobilidade, flexibilidade e potência de fogo, em resumo da sua eficácia.

2. Artilharia helitransportada

Atualmente estamos prestes a explorar a Artilharia de Campanha Aeromóvel, usada eficientemente no Vietname, transportada por helicópteros, num contexto tático, para o cumprimento de missão de Artilharia de Campanha, sem, no entanto, utilizar a aeronave como elemento de fogo, visando facilitar a rápida concentração do esforço na área importante do combate.

O conceito fundamental da aeromobilidade do Exército reside no uso do helicóptero, para aumentar a capacidade dos elementos combatentes, no desempenho das cinco necessidades fundamentais do combate:

- flexibilidade de manobra
- poder de fogo
- informações
- comando, controle e comunicações
- apoio logístico

A Artilharia, nesse tipo de operação, caracteriza-se por detalhado planejamento e coordenação, espírito ofensivo, grande mobilidade e emprego de um mínimo de pessoal e equipamento em, relativamente, curtos espaços de tempo.

Esta inovação aplica-se em todos os tipos de missões da Artilharia e é explorada para rapidamente engajar as suas unidades no combate em apoio às forças de manobra e vencer obstáculos porventura existentes na ocupação de posição bem como para facilitar o seu rápido desdobramento em terrenos inacessíveis a qualquer tipo de viatura, evitar, as concentrações de tropas inimigas e, finalmente, para facilitar operações futuras.

O movimento da Artilharia de Campanha Aeromóvel é realizado em quatro fases:

- a) planejamento
- b) carregamento
- c) transporte
- d) ocupação de posição

Deve-se ressaltar a importância de, em um REOP, ser aproveitada a versatilidade da técnica aeromóvel que permite à Artilharia se desdobrar em qualquer terreno.

Nesse tipo de operação, basicamente, é usado o rádio. O emprego do fio fica restrito somente às zonas de desembarque e interior das bases de combate. As comunicações deverão sempre ser providenciadas o mais rápido possível, nas áreas de posição. Todo o pessoal e equipamento de comunicação é transportado, antes da bateria, para poder ser instalado o respectivo sistema. A rede fio é a mesma prevista para a Artilharia de Campanha Auto-rebocada.

A topografia, mesmo com tempo restrito e apesar das dificuldades de terreno, sempre é possível e desejável realizar. Os pontos de controle topográficos conhecidos podem ser poucos ou inexistentes, mas os helicópteros empregados no transporte poderão ser utilizados nos reconhecimentos, por parte das turmas topográficas, havendo limitações de uso, decorrentes tão-somente de segurança das turmas e da própria aeronave. Geralmente são previstos radares para a obtenção dos controles topográficos horizontais e verticais.

No tocante à logística, um suprimento-reserva sempre deverá estar pronto para uso, a fim de compensar interrupções temporárias das linhas de suprimento aéreo.

Medidas de controle para a aviação, tais como: rotas de vôo, corredores de vôo etc, fazem parte da coordenação de apoio de fogo, como instrumento adicional, visando buscar a segurança desejada tanto para a aviação como, também, para a força terrestre de manobra. A coordenação do espaço aéreo nesse tipo de operação é vital para o sucesso completo da missão.

Uma das vantagens de uma operação aeromóvel é ser 100% aerotransportada, porém, sofre as seguintes limitações:

- sensível a condições atmosféricas;
- vulnerável ao ataque antiaéreo;
- limitada capacidade de defesa contra ataques terrestres;

- grande vulnerabilidade aos tiros de contrabateria e ataques aéreos quando em posição;
- os helicópteros são muito vulneráveis à explosões e à pressão de fogos.

3. Obuseiro 105 mm M 102

A Artilharia brasileira recebeu recentemente um Obuseiro, largamente empregado no Vietname em operações aero-móveis, justamente por causa de suas características que facilitam enormemente o cumprimento de qualquer tipo de missão. O Obuseiro 105 mm M 102 é um Obus leve, auto-rebocado, usado primordialmente nas GU pára-quedistas e aeromóveis. Uma plataforma de tiro permite o Obuseiro executar o tiro em todas as direções (6400'') e não ficar restrito ao campo horizontal de 800'' como é o caso do material tradicional.

Suas principais características são:

Calibre	105 mm
Peso	1500 Kg
Comprimento do tubo	3,164 m (C 31)
Número de raias	36
Sentido das raias	à direita
Tipo da culatra	cunha vertical
Alcance máximo	11,500 m (ou 14800 c/ Mun especial)
Elevação máxima	1333 milésimos
Depressão	89 milésimos
Valor de uma volta no volante	10 milésimos
Tempo para entrada em posição ...	4 minutos
Cadênci a de tiro	10 tiros (1º-3 minutos) 3 tiros (demais)
Vida do tubo	5000 tiros (c/Cg 7)

O pessoal da peça na GU Aeromóvel é o seguinte:

- | | |
|-------------------------|-------------|
| (1) Chefe de Peça | (C P) |
| (2) Apontador | (C 1) |
| (3) Atirador | (C 2) |
| (4) Artilheiros | (C 3 a C 6) |

O plano de carregamento para uma bateria aeromóvel prevê 60 homens e mais o seguinte equipamento:

- | | |
|------------------------------------|---------|
| — 6 Obuseiros M 102 com acessórios | |
| — 1 Vtr | 1/4 Ton |
| — 1 Vtr | 1/4 Ton |
| — 1 Reboque NE | 1/4 Ton |

Transportados por um helicóptero UH-1H já em uso no Brasil e quatro helicópteros CH-47C, CHINOOK que atualmente, está sendo negociado e cujas características são:

Velocidade cruzeiro normal	216 Km/h
Autonomia de vôo (menos 30 minutos de reserva)	2 horas
Carga interna máxima	9070 Kg
Carga externa máxima	11790 Kg

4. Busca de alvos

Os meios de busca de alvos e a vigilância do campo de batalha são fatores importantes para a Artilharia e neste setor temos o Radar contra morteiro AN/MPQ-4A utilizado pelos Grupos orgânicos das Brigadas a fim de localizar morteiros inimigos e outras armas que fazem tiros em trajetórias verticais. O AN/MPQ-4A, sobre rodas, é montado sobre o reboque de 1 1/2 T e rebocado por uma viatura TNE 2 1/2 T. Usa duplo feixe de interceptação, podendo localizar a arma inimiga com apenas um tiro disparado, dentro de 20 segundos e com até 50 metros de precisão, dentro do alcance de até

10.000 metros. Quando um projétil passa através dos feixes, dois pontos separados aparecem na tela; o operador de posse do azimute desses pontos, distância inclinada, elevação, tempo decorrido entre as duas interceptações e com o auxílio de um computador analógico encontra as coordenadas do ponto origem da trajetória, dentro de 20 segundos.

Outras características do AN/MPQ-4A:

Alcance máximo	10000 metros
Alcance mínimo	225 metros
Vigilância em direção	feixe com 445° de largura (fixo)
Campo horizontal	6400"
Campo vertical	100" a +200"
Tempo para entrada em posição	30 a 45 min

O Radar pode ser usado ainda para:

- condução de regulação por levantamento do ponto médio
- ajustagem do tiro de Artilharia

Outro Radar é o de vigilância terrestre AN/TPS-25A empregado na Seção de busca de alvos da AD. Detecta alvos terrestres móveis num alcance de até 18.280 metros.

Durante os períodos de visibilidade limitada este instrumento tem grande valor. O TPS-25A é móvel e seu funcionamento baseia-se no efeito DOPPLER, no qual os sinais oriundos de objetos estacionários são comparados com os sinais de objetos em movimento. A diferença de freqüência dos sinais emitidos são amplificados e aplicados a um aparelho sonoro ou alto-falante, que possibilita ao operador detectar e identificar os objetos móveis por meio do som.

Os alvos são indicados numa carta da região por meio de um ponto luminoso que se desloca em coincidência com o percurso do alvo localizado. Pode o alvo parar enquanto é

detectado pelo radar, pois a sua localização pode ser determinada com uma precisão radial de 100 metros ou menos. Uma guarnição de sete homens pode colocar o instrumento em posição, em 15 minutos, se a antena for montada na unidade receptor-transmissor e, em aproximadamente 45 minutos, se montadas as 3 seções de antena. O TPS-25A serve ainda para orientar elementos de combate e patrulhas de reconhecimento para áreas predeterminadas em terreno desconhecido.

Obs.: O TPS-25A é orgânico da AD. Nos EUA ele pertence ao Grupo orgânico das Brigadas.

Outras características:

Alcance máximo	18.280	metros
Alcance mínimo	450	metros
Amplitude da busca automática em direção 360'' ou 180''		
Amplitude da busca automática em direção 360'' ou 540''		
Elevação	± 265''	

Um outro radar é o AN/MPQ-10A, de contrabateria, orgânico de Grupo de Busca de Alvos (GBA). É tracionado por uma viatura TNE 2 1/2 T e tem a mobilidade de um Obuseiro 155 mm — AR.

O MPQ-10A foi construído também para localizar morteiros. Este Radar é capaz de localizar a Artilharia inimiga no alcance de 18.280 metros com uma precisão de 150 a 400 metros.

O instrumento tem uma amplitude de busca automática em direção de 200'' a 800'', com um feixe de 100'' de largura e um campo horizontal de 6.400''. É orientado em alcance e direção para uma posição aproximadamente no espaço através do qual o projétil passou.

Quando um segundo tiro é disparado o Radar acusa o trajeto do projétil através de sua trajetória que é extrapolada, até sua origem, localizando a arma que atirou. O Radar é colocado em posição em 45 a 60 minutos.

Outras possibilidades:

- conduta de regulações por levantamento do ponto médio
- ajustagem do tiro de artilharia
- auxiliar no levantamento topográfico
- orientar patrulhas perdidas
- determinação da posição e acompanhamento do vôo de aeronaves leves

Atualmente a palavra LASER (Light Amplification by Stimulated Radiation) tem se tornado muito importante para o artilheiro, particularmente para o observador avançado de artilharia. O telêmetro que funciona pelo princípio LASER, também conhecido como XM23, é um instrumento completamente independente de qualquer sistema de armamento ou equipamento de controle de tiro. O aparelho destina-se a ser usado pelo observador avançado da Artilharia, a fim de obter dados precisos em sua locação polar, ou seja, direção, sítio e distância. Estes dados precisos permitirão que a Artilharia, sem necessitar de ajustagem de tiro, bata o alvo, explorando com sucesso a surpresa. A técnica LASER consiste na medida do tempo decorrido entre a ida e volta de um raio emitido pelo instrumento até o alvo. Além dos equipamentos materiais comuns aos observadores avançados o LASER será capaz de medir distâncias de um alvo qualquer, com fumaça, árvores ou arbustos, pessoal e sacos de areia empilhados, etc...

A operação do LASER é simples e requer um mínimo de treinamento. O observador instala o instrumento num pequeno tripé e faz o nivelamento, utilizando uma bolha tipo "olho de peixe". Visa então no marcador de direção com o telescópio monocular (aumenta 8 vezes) e obtém a direção correta na escala de direção. Depois de conectar a pequena bateria de cádmio-níquel ele está pronto para operar. Usando o telescópio monocular visa o alvo, pressiona o botão de reciclagem, espera 5 segundos, pressiona o interruptor de alcance, aciona o botão de leitura e a distância correta para o

alvo é exposta no controle digital. A direção e o sítio podem ser lidos em escala apropriada.

Este instrumento é construído de tal maneira que satisfaz às necessidades de um observador avançado quanto à forma, tamanho, peso e precisão.

5. Aparelhos topográficos de Artilharia

No campo da topografia temos novos aparelhos de medida e orientação, tal como o giroscópio de direção, instrumento topográfico da Artilharia também conhecido como orientador "ABLE" (usado pela Turma de Topografia do Grupo de Artilharia de Campanha, Seções de Topografia da AD e pelas Baterias do Grupo de Busca de Alvos). É um instrumento portátil, com bússola giroscópica, dispositivo para determinar o Norte verdadeiro, em qualquer ponto de estação. O aparelho pode determinar a direção sob quaisquer condições atmosféricas, sem demora nos cálculos e com uma precisão comparável a dos observatórios astronômicos. A direção é encontrada pela observação dos efeitos de rotação da terra no giroscópio e aplicando-se as correções adequadas no aparelho.

O instrumento compõe-se de:

- conjunto de determinação de direção
- indicador de controle
- tripé
- caixa de transporte e acessórios

O conjunto de determinação de direção consiste de uma caixa giroscópica e um teodolito T2 (1:3000) graduado em milésimos.

O indicador de controle é uma caixa eletrônica que fornece energia para o rotor giroscópico, aquecimento central para os elementos e os sinais para a medida da amplitude e direção do desalinhamento do giroscópio.

A caixa de transporte é um pesado recipiente capaz de proporcionar proteção contra danos externos, dando máxima proteção para os elementos sensíveis durante as marchas e estacionamentos.

Outra inovação no campo da topografia é o equipamento para medir distâncias, sucessor do telêmetro, utilizado pelo pessoal de topografia da AD e do Grupo de Busca de Alvos.

A unidade, um micro-oscilador de rádio transmissão, mede distância de 200 até 50.000 metros com uma precisão de mais ou menos 1,5 cm. Na prática, 2 unidades são usadas em cada uma das extremidades da reta que se deseja medir. A operação com o auxílio do rádio pode ser efetuada durante a noite ou sob nevoeiro, sendo a linha de visada o único fator limitante. Contém, ainda, uma estrutura interna com dois canais de comunicação à voz que permite a ligação entre os dois pontos da estação. No entanto, só é possível essa ligação, usando lentamente o equipamento entre os dois pontos, porque ambas possuem a mesma calibragem e cada uma pode funcionar como medidora ou, simplesmente, como rádio para o operador.

Possui um telefone de capacete para o sistema de comunicação, permitindo que o operador fique com as mãos livres. A leitura do instrumento é feita diretamente num mostrador, o que seduz a possibilidade de erro.

Não é necessário nenhuma habilidade especial ou grande treinamento para operar este instrumento.

6. Meios aéreos

A existência de duas Turmas de Observadores Aéreos (TU O Ae) no Grupo de Artilharia é fator importante a considerar pelo comandante, pois eles, desempenham papel relevante desde o REOP até a execução e condução do tiro.

Especificamente, suas missões são de observação, reconhecimento, topografia, ajustagem de tiro, transporte de feridos e de eficaz auxílio às comunicações.

É de dia que a aviação pode cumprir, com a maior eficiência, cada uma destas missões; à noite cumprirá com certas limitações, resultantes de peculiaridades da instrumentação do avião.

Dentre as aeronaves utilizadas atualmente na Artilharia podemos citar o helicóptero LOH (Light Observation Helicopter) para observação, reconhecimento, pesquisa radiológica e comunicações; o CH-47 (CHINOOK) e o CH-37 (MOJAVE) são helicópteros para transporte de carga e pessoal, mais particularmente, para o transporte dos Obuseiros de 105 mm M 102; o S-64 para transporte de Vtr 2 1/2 T e, quando adaptado, pode transportar mísseis em suas respectivas plataformas; o UH-1B e o UH-1D são helicópteros de uso utilitário e transporte tático fazendo, principalmente, a proteção a ataques contra o comboio aéreo que defende. Há, também, o avião 01 sobejamente conhecido e utilizado pelo observador avançado.

Indubitavelmente, percebe-se que a aviação aumenta a eficácia da Artilharia, dando-lhe mobilidade, flexibilidade, rapidez e eficiência.

7. Mísseis

E, finalmente, não poderíamos deixar de mencionar algo sobre os Mísseis.

Por serem menos precisos e bem mais caros que a Artilharia de tubo, os Mísseis têm emprego limitado no escalão Brigada e Divisão. No escalão Exército, porém, onde há necessidade de emprego de fogos longínquos, os Mísseis, graças ao seu alcance, são mais utilizados.

Ao que tudo indica os princípios que orientam os trabalhos de pesquisas no Brasil são os seguintes:

- O Exército Brasileiro tem o maior interesse em equipar-se, no menor prazo possível, com esses engenhos.
- O novo armamento, contudo, deve ser considerado

como complemento do armamento convencional e não como um substituto;

- Interessa ao nosso Exército possuir Mísseis nacionais, isto é, projetados e construídos com nossos recursos e adaptáveis as nossas condições de emprego (rede de transporte, possibilidades de remuniciamento e outras);
- O desejo de se obter Mísseis nacionais não implica em renunciar ao acervo de informações disponíveis nas forças armadas de outros países. Pelo contrário, há o maior interesse em aproveitar-se os conhecimentos tecnológicos já alcançados e em estimular sua busca e obtenção;
- Todo projeto de Míssil deve basear-se numa idéia tática precisa e responder a uma determinada necessidade operacional.

Graças às pesquisas e experiências realizadas com absoluto sucesso por técnicos brasileiros, no intuito de adquirir e dominar essa sofisticada técnica, é que hoje possuímos um programa de mísseis SS para a Artilharia os quais foram totalmente idealizados, projetados e construídos em cooperação estreita entre a indústria civil e os técnicos militares, utilizando material exclusivamente nacional.

As características básicas do programa de Mísseis SS para a Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro são as seguintes:

MSS-2 Míssil solo-solo de saturação, alcance de até 10 km, (108 R) livre, lançador múltiplo auto-rebocado. Encontra-se em fase de testes no Grupo-Escola de Artilharia.

MSS-3 Míssil solo-solo (para complementar a missão de conjunto da Artilharia Divisionária), alcance de 20 km, livre, lançador auto-rebocado, apto ao tiro indireto e ao tiro vertical, dotado de ogiva explosiva ou química, de efeito correspondente ao de uma

granada de 155 mm, no mínimo. Conhecido pelos técnicos do IME pelo nome de X-20 (X é o calibre ainda desconhecido, e 20 é o alcance). Encontra-se em fase de estudos.

MSS-4 Míssil solo-solo (de aprofundamento), alcance de até 40 km, livre, lançador auto-rebocado, ogiva explosiva ou química.

MSS-5 Míssil solo-solo de grande alcance (até 300 km), dirigido, lançador, auto-rebocado ou auto-propulsado, ogiva explosiva ou química.

As condições econômicas do País não permitem, a curto prazo, que projetos, da envergadura de um "Sistema de Mísseis", sejam desenvolvidos. No entanto, já existem estudos e pesquisas em andamento e, até mesmo, ações concretas e transações com países estrangeiros, já estão sendo ultimadas, para a solução definitiva do problema.

Enquanto aguardamos esta solução entregamo-nos ao trabalho na consecução de uma poderosa e bem treinada Artilharia de tubo, para que ao recebermos estes Mísseis, tenhamos pessoal especializado e bem treinado para empregá-los eficientemente.

8. Conclusão

Podemos finalmente concluir que o nosso Exército volta-se, tualmente, para a renovação de seu equipamento, visando acompanhar a evolução da técnica nos últimos tempos.

De nada adiantaria a um Exército ter seu pessoal altamente especializado sem possuir os meios modernos para o cumprimento de sua missão. Não se pode pensar em opor a lança contra o fuzil-metralhador.

Mais particularmente a nossa Artilharia olha com otimismo para o futuro, pois gradativamente os nossos 75 mm passam totalmente para 105 mm e, sem demora, surgirão os Mísseis, não para extinguir canhões convencionais já existentes, senão para fazer com eles um conjunto harmonioso que fortalecerá em muito a nossa potência de fogo.

A Artilharia Brasileira cumpre sua missão mesmo com carência de material e de pessoal, como ficou demonstrado na FEB, com rapidez e precisão.

Por isso, resta-nos a convicção de que, com o aparecimento de novas armas e equipamentos, a Artilharia será cada vez mais a arma dos fogos longos, poderosos e profundos.

TERRA DO BRASIL

D. PEDRO DE ALCÂNTARA

Espavorida agita-se a criança
De noturnos fantasmas com receio
Mas, se abrigo lhe dá materno seio,
Fecha os doridos olhos e descansa.

Perdida é para mim toda esperança
De volver ao Brasil; de lá me veio
Um pugilo (l) de terra, e nesta, creio,
Brando será meu sono e sem tardança.

Qual o infante a dormir em peito amigo
Tristes sombras varrendo da memória
Ó doce pátria, sonharei contigo!

E entre visões de paz, de luz, de glória,
Sereno, aguardarei no meu jazigo,
A justiça de Deus, na voz da História!

Irmandade da Santa Cruz dos Militares: Um Pouco de Sua História

Gen Bda R/1

MILTON ARAÚJO

TEMPLO DA SANTA CRUZ DOS MILITARES

O templo da Santa Cruz dos Militares, levantado na Rua Primeiro de Março, esquina da Rua do Ouvidor, tem a sua história assinalada por fatos curiosos que datam de muitos anos, e que bem revelam o espírito religioso da nossa gente, em todos os tempos, herdado dos descobridores de 1500.

Outrora, no ano de 1623, havia no local onde se encontra hoje a Igreja de Santa Cruz dos Militares, um pequeno forte aonde chegavam as águas da Baía de Guanabara.

Denominava-se Santa Cruz, esse forte. O tempo, entretanto, se encarregou de envelhecer e destruir quase completamente essa defesa do velho Rio de Janeiro, e em 1623, Santa Cruz apresentava o aspecto de desoladora ruína.

A vista da imprestabilidade do forte, que, dia a dia, mais se acentuava, os oficiais e soldados da sua guarnição resolveram se dirigir ao Governador da Cidade, Capitão Martim de Sá, para pedir-lhe que consentisse na edificação, ali, de uma ermida, onde os militares pudessem ser sepultados. Obtida a permissão desejada, iniciaram logo os trabalhos e o pequeno templo ficou concluído em 1628, recebendo a denominação de "Santa Vera Cruz".

Formou-se a Irmandade, cabendo aos oficiais superiores a obrigação de concorrer com 100 réis mensais, os inferiores com 50 réis e os soldados rastos com 20 réis apenas para a manutenção do templo. O Capitão Martim de Sá foi eleito para Juiz.

Terminada a construção da capela, os navegantes e comerciantes das imediações, passaram a festejar o seu padroeiro S. Pedro Gonçalves, na Santa Vera Cruz, ao que os Irmãos não se opuseram; ao contrário, em virtude de serem muito escassos os recursos de que dispunham, resolveram mesmo ceder, praticamente, áqueles festeiros, metade da ermida, sob a condição expressa de fazerem eles face a uma parte das despesas, não somente ordinárias, como das obras que acaso tivessem de ser realizadas.

E assim foi vivendo e prosperando sempre a Capela da Santa Vera Cruz. Nos princípios do século 18, a igreja de São Sebastião, situada no morro do Castelo, e que servia de Sé, ao Rio de Janeiro, encontrava-se bastante danificada pelo tempo. Carecendo de obras urgentes,olveu então o Bispo os olhos para Santa Vera Cruz, dirigindo-se à Irmandade com o intuito de conseguir que a Capela fosse cedida, para ali serem celebrados os ofícios religiosos, elevando-a, *ipso facto*, à categoria de Sé e Catedral. Isso foi em 1703.

Assim, a Santa Vera Cruz foi, durante três anos e meio, a Sé do Rio de Janeiro.

Em 1716, o então Governador da Cidade, General Francisco de Távora, por carta de sesmaria, confirmada mais tarde pelo rei de Portugal, D. João V, cedia à instituição religiosa, não somente o terreno em que assentava a ermida mas toda a área de terra que fosse fluindo nos fundos pelo recuo do mar.

Por volta de 1760, a ermida que não resistira ao correr do tempo, achava-se quase em ruínas. Os militares então apelaram para os festeiros de S. Pedro Gonçalves, no sentido de auxiliá-los com uma parte das despesas para reconstrução do templo. Não conseguiram, todavia, o seu intento; não con-

cordaram aqueles, e até deixaram de festejar o seu protetor. Anos depois, isto é, em 1780, resolveu a Irmandade começar a ereção definitiva de sua igreja, e convocou os festeiros de S. Pedro Gonçalves para discutirem sobre a cessão dos prédios que a esse tempo já havia no local e que pertenciam às duas confrarias. Ficou nessa ocasião assentado que os festeiros cederiam a sua parte nos prédios, mediante a condição de lhes ser permitida a realização de uma festa anual a S. Pedro Gonçalves e, ainda mais, que a imagem do santo tivesse um altar no templo. E tudo isso ficou ajustado e vem sendo cumprido religiosamente pela Irmandade. A primeira pedra da construção foi colocada em setembro de 1780 e os trabalhos tiveram inicio sob a direção do Brigadeiro Custódio de Sá e Faria. Trinta e um anos após, em 1811, foi terminada a igreja que recebeu a denominação de Santa Cruz dos Militares. A 28 de setembro, quando da sua consagração, foi celebrada missa solene, com a presença das pessoas de maior evidência na época, inclusive o príncipe regente D. João, que para aqui correra fugindo às hostes napoleônicas que dominavam quase toda a Europa na sua sede de conquista.

A Irmandade ofereceu nessa ocasião ao Regente o título de seu Protetor.

O templo tem passado por várias reformas e pinturas internas, contudo conserva ainda a sua primitiva forma.

São três os altares do templo. No da Capela-Mór está colocada a cruz sobre o Monte Calvário, tendo ao pé a imagem de N. S. Piedade e atrás da banqueta do altar-mór a imagem do Senhor Desagravado que constitui culto das devoções da Irmandade.

O altar do lado direito é a N. S. das Dores e o que fica à esquerda apresenta a imagem de S. Pedro Gonçalves.

A Irmandade no tempo da Monarquia, foi considerada imperial por Decreto de 3-12-1828 tendo D. Pedro I se declarado seu protetor.

Esse título, D. Pedro II transferiu para si, pouco depois de sua ascensão ao trono do Brasil em 1840. Em 1845 foi ins-

tituída a Devoção do Senhor Desagravado, que teve origem em um fato ocorrido na igreja durante uns reparos de pintura que ali se executava. Guarda a igreja preciosas relíquias que rememoram feitos do soldado do Brasil.

A igreja da Santa Cruz dos Militares tem capacidade para acomodar 250 pessoas, sendo 144 sentados, e é uma das preferidas da sociedade para celebração de cerimônias religiosas. Ultimamente vem tomando vulto entre os seus ofícios religiosos o culto do Senhor dos Aflitos.

Inúmeros militares exerceram funções de destaque na nossa Irmandade prestando valiosos serviços.

Dentre eles podemos citar o Duque de Caxias que foi Provedor e do discurso de sua posse transcrevemos as seguintes palavras que sintetizam bem o fim da Irmandade da Santa Cruz dos Militares.

“Os laços da espada nos unem, as lides da guerra nos ligam e os braços da Cruz nos abrigam. Irmãos pela Cruz e Irmãos pela espada, a nossa missão é sagrada: Santificar o culto do Divino Senhor e aliviar da miséria as viúvas e filhos dos que seguem a nobre profissão das armas. Eis aí o justo fim da sábia instituição denominada Irmandade da Santa Cruz dos Militares.”

A Irmandade no decorrer de sua existência tem sido alvo de inúmeras homenagens e recebido várias medalhas e condecorações, entre as quais podemos citar:

Medalha do Pacificador (Outorgada à Irmandade em 25/Junho/1957 pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra — General H. Duffles Teixeira Lott).

Condecoração da Ordem Imperial da Rosa.

Condecoração da Ordem Imperial de Aviz — Grau de Oficial.

Medalha da Campanha Geral do Paraguai (5 anos em Campanha).

Medalha da Campanha do Paraguai (República Oriental Del Uruguay).

Medalha do Exército em Operações contra o Governo do Paraguai.

Medalha alusiva ao Cincocentenário da República.

Condecoração da Ordem Imperial de Cristo (Grau de Cavaleiro).

Condecoração da Ordem Imperial de Cristo (Grau de Oficial).

Medalha do Exército em Operação contra o Governo do Paraguai.

Medalha da Campanha do Paraguai (República Oriental Del Uruguay).

Medalha do Corpo de Bombeiros (30 de novembro de 1889).

Cruz de Ferro — Condecoração do Império Alemão (I Guerra Mundial).

Condecoração Francesa — Campanha do México (Expedição do México — 1862/1865 Napoleão III).

Colar da Ordem Imperial da Rosa (ouro e rosas em porcelana — 1829).

Medalha Comemorativa do Monumento Altar a São Sebastião — 1965.

Condecoração Argentina conferida aos Vencedores de Corrientes (25 de maio de 1865).

Condecoração Argentina conferida aos integrantes do Exército Aliado em Operações contra o Governo do Paraguai.

Condecoração Francesa — Campanha da Itália — 1859 (Napoleão III).

Condecoração Francesa (1914/1918) — I Guerra Mundial.

Condecoração Francesa (1914/1918) — I Guerra Mundial (Cruz transpassada por duas espadas).

Medalhão do Marechal Deodoro da Fonseca.

Medalhão do Marechal Floriano Peixoto.

Medalhão do Presidente Prudente de Moraes.

Medalhão do Presidente Campos Salles.

Medalhão do Presidente Rodrigues Alves.

Medalhão do Presidente Afonso Pena.

Medalhão do Presidente Nilo Peçanha.

Medalhão do Presidente Marechal Hermes da Fonseca.

Medalhão do Presidente Getúlio Vargas (1930 — 1940).

Medalhão do Presidente Getúlio Vargas.

Medalhão do Papa Pio XII.

Medalhão Alusivo ao Marechal Trompowsky

Medalhão Alusivo ao Centenário da Devocão do Senhor Desagravado — Igreja da Santa Cruz dos Militares — 1845/1945.

Medalhão Alusivo ao Sesquicentenário de Nascimento do Marechal Manoel Luiz Osório — Marquês do Herval — 1802/1158.

Medalhão Alusivo à Comemoração da Inauguração da Igreja da Candelária — 1898/1948.

Medalhão Alusivo à Homenagem do Brasil ao General Agustin P. Justo, Presidente da Nação Argentina — 7-10-1933.

Medalhão Alusivo ao Centenário da Devocão do Senhor Desagravado — Igreja da Santa Cruz dos Militares — 1845/1945.

Medalhão Alusivo à Inauguração do Monumento a Caxias — Pantheon Militar 1949.

Medalhão Alusivo ao Centenário da Devocão do Senhor Desagravado — Igreja da Santa Cruz dos Militares — 1845/1945 (alumínio).

Medalhão Alusivo à Homenagem do Brasil ao Presidente Gabriel Terra, do Uruguai — 1934.

Medalhão Alusivo à Inauguração do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados — Rio de Janeiro — 1938.

Medalhão Alusivo à Exposição Internacional — Rio de Janeiro — 1922/1923.

Medalhão Alusivo ao I Congresso de Numismática Brasileira — São Paulo — 24 de Março de 1936.

Medalhão Alusivo à Grande Guerra pela Civilização — 1914 — 1918.

Medalha a Ato de Caridade Praticado por Sua Majestade a Imperatriz do Brasil — Dona Thereza Cristina.

Medalha do Exército Brasileiro — 10 anos de bons serviços — Bronze (miniatura).

Medalha Inglesa — Eduardo VII e Alexandra Rainha consorte — coroação a 9 de agosto de 1902.

Ordem do Mérito Militar — Grau de Oficial (miniatura) — Brasil.

Medalha Comemorativa da Revolução de 3 de outubro de 1930.

Cincocentenário da Proclamação da República (miniatura)

Medalha Alusiva a Alberto Santos Dumont (20/7/1872 — 24/7/1932)

Medalha do Instituto Histórico e Geográfico Fluminense — Fundação de Cabo Frio — MDCXV/MCMXV.

Medalha Alusiva ao Centenário do Distrito Federal.

Miniatura de Espada Usada no Exército Brasileiro.

Miniatura da Espada do Duque de Caxias.

Medalha Comemorativa da Visita da Representação do Exército Argentino ao Brasil (7 de Setembro de 1939).

A Irmandade da Santa Cruz dos Militares comemora, agora, o seu 352.º aniversário.

É justo que, na passagem desse evento, rememoremos a história de sua fundação, da construção de seu templo, os benefícios prestados à família militar, a contribuição na solução dos problemas da moradia do povo carioca, a assistência religiosa, médica e jurídica aos seus irmãos e pensionistas — bem como os inúmeros ofícios religiosos celebrados em seu templo.

Aproximadamente 661 pensionistas recebem mensalmente médico e dentário, como a contratação de um corpo de vistos periodicamente de acordo com as disponibilidades da Irmandade.

Oferece também a Irmandade aos seus Irmãos e pensionistas assistência religiosa, médica e jurídica. Para atender aos seus Irmãos e famílias bem como aos pensionistas, a atual administração da Irmandade instalou modernos gabinetes médico e dentário, como a contratação de um corpo de profissionais de alta categoria. Além da parte assistencial — merece especial destaque nessa instituição o seu valioso arquivo e museu sacro com peças raras e preciosas. Como parte das comemorações do 325.º aniversário, a atual administração reformou as instalações da Sede e instalou um serviço de som na igreja que proporciona aos seus freqüentadores, fora das horas dos ofícios religiosos, música que os mesmos denominaram de Música para Meditação.

Cooperando na solução do problema habitacional, as administrações da Irmandade vêm aumentando o número de construções de edifícios e apartamentos.

Outro ponto da Irmandade que mereceu sua especial atenção foi a modernização dos seus serviços internos com aquisição de novas máquinas e mobílias.

Ainda na parte assistencial cumpre destacar a distribuição de donativos a um número de necessitados, que procuram mensalmente a Irmandade.

(Dados colhidos no livro "Templos Históricos do Rio de Janeiro" de Augusto Loureiro. Relatórios e Boletins da Irmandade).

Análise Qualitativa de Água nas Unidades de Engenharia

Cap Eng
TELMO TRAVASSOS DE AZAMBUJA

Este trabalho contou com a colaboração do Químico Industrial J. P. S. Oliveira Filho, Professor de Química Analítica das Universidades UFPE e UNICAP.

I — Finalidade

O presente trabalho tem a finalidade de sintetizar de maneira objetiva, os principais testes de análise de água em um P Sup Agu, sugerindo índices de potabilidade, além de procurar complementar os testes realizados com o equipamento portátil, de origem norte-americana, "Walter Quality Control Set", que é a última novidade do assunto, no Exército.

II — Generalidades

A água em campanha deve obedecer, tanto quanto possível, aos padrões de potabilidade, sendo da maior importância o critério sanitário. Uma água de boa qualidade deve ser assepticamente agradável e refrescante, além de saudável.

Para ilustrar a importância da qualidade sanitária basta considerar as doenças, males e distúrbios que podem ser atribuídos ao suprimento de água. Entre outras doenças, a cólera, a leptospirose, a febre tifóide, a schistomose e a hepatite infecciosa são transmitidas pela água. A disenteria bacilar e amebiana, a febre paratifóide, a tularemia, a echinoccocose

e um vasto grupo de doenças diarréicas são também transmitidas desse modo. Suspeita-se, ainda, que a água seja um vetor ocasional da poliomielite.

Vale a pena lembrar a grande preocupação causada pela poluição da água com resíduos industriais, os quais produzem envenenamentos ou intoxicações, alguns de caráter acumulativo como os provocados por sais de Pb, As, etc. A agricultura moderna não controlada contribui de modo apreciável para a poluição dos cursos de água.

Com o objetivo de evitar os problemas acima, foram estabelecidas normas de potabilidade que fixam os limites máximos permitidos para os poluentes.

III — Análises mais comuns para o controle de qualidade da água

A análise sumária de laboratório para testar a potabilidade da água com finalidade doméstica normalmente inclui as determinações:

- Sólidos dissolvidos (ou condutibilidade);
- pH;
- Dureza;
- Alcalinidade;
- Cloreto;
- Nitrato (determinações sanitárias);
- Nitrito (determinações sanitárias);
- Amônia (determinações sanitárias).

Atualmente o Exército Brasileiro tem suprido as Unidades de Engenharia com o equipamento portátil "Water Quality Control Set", conjunto que permite fazer as seguintes determinações:

- Acidez (total e livre);
- Alcalinidade;
- Dióxido de carbono;
- Cloreto;

- Sulfato;
- Sólidos totais dissolvidos;
- Dureza;
- Dosagem de coagulação (teste do jarro).

Além dessas determinações, pode ainda o referido equipamento detectar possíveis agentes da guerra química na água, como por exemplo, Arsênio e o gás Mostarda solubilizado na água. Neste caso utilizam-se os estojos AN-M2 e ABC-M3OA1.

Como se viu linhas atrás, este trabalho tem a finalidade de orientar o oficial de Engenharia responsável pelo tratamento da água da sua Unidade a fim de que ele possa compreender melhor o equipamento de controle do abastecimento e, deste modo, também possa aplicar os padrões de análise e acrescentar, quando for o caso, outros testes de importância, necessários às operações de tratamento da água.

IV — Testes e suas aplicações

Para uma análise sumária os testes mais importantes são:

(1) pH:

Na maioria das águas naturais o pH varia entre 4,0 e 9,0. Estando presentes nas águas naturais íons de carbonato (CO_3^-) e bicarbonato (HCO_3^-), quando essa presença é acentuada resulta numa tendência para a alcalinidade, especialmente nos lugares onde há depósitos de carbonato ou naqueles em que se verifica maior evaporação do que precipitação. Isso se deve a fenômenos hidrolíticos do tipo:



No primeiro caso, a elevação do pH é maior, pois a hidrólise do carbonato é mais intensa do que a do bicarbonato.

O pH ácido nas águas naturais é particularmente provocado pelo CO₂ livre. A água potável deve ser consumida próximo da neutralidade, não havendo inconveniente no pH mais baixo produzido pelo CO₂, sendo inadequadas para essa finalidade as que têm o pH superior a 8,5.

O mesmo não se verifica para a utilização da água na indústria. Geralmente o pH é determinado por métodos eletrométricos ou colorimétricos. O primeiro é muito mais preciso. O último procedimento não envolve o uso de equipamento complicado ou dispendioso.

Na análise de rotina o pH deve ser fornecido com a primeira decimal, não tendo sentido químico-analítico resultados com centésimos ou milésimos. O conteúdo mineral da água e o pH podem ser de importância fisiológica. Desde que o metabolismo animal se adapte a uma água com determinado pH e conteúdo mineral, o mesmo pode ficar perturbado quando houver mudança para outra em que esses valores difiram muito, não obstante ambos os tipos de água possam se apresentar como potáveis. Este fato explica, em parte, as desordens digestivas que algumas vezes são experimentadas pelos homens nos exercícios em campanha.

O equipamento "Water Quality Control Set" não fornece meios para determinação direta do pH. A análise de água pode ser completada com a aquisição, no comércio, de um dos vários produtos utilizados para medição do pH. Como exemplo, tem-se:

- (a) Jogo de reativos para determinação do pH;
- (b) Papel de pH.

Existem outros produtos, porém estes limitam suas qualidades, ou seja: enquanto o primeiro (a) é sofisticado e de recente lançamento, o segundo (b) é o mais simples para esta determinação.

(2) Cálcio (Ca++) :

O cálcio, junto com o magnésio, produz dureza na água. Devido à abundância de calcário e o fato de o mesmo se solubilizar parcialmente, da sua solubilização resulta os respectivos íons.

O cálcio é o cation predominante em muitas águas subterrâneas e pode atingir uma concentração de 500 mg/l ou mais.

O cálcio existente nos suprimentos da água para utilização em campanha tem papel significativo na nutrição humana, quer benéfico quer prejudicial. As altas concentrações, aparentemente, não resultam em efeito fisiológico adverso a menos que haja bastante cálcio presente, capaz de causar forte sabor salgado.

É necessário frisar que pesquisas e bioestatísticas já demonstraram que não há relacionamento entre a dureza da água ingerida pelo homem e as doenças das artérias, rins e bexiga.

O "Water Quality Control Set" não está equipado para a determinação do cálcio. Todavia, por ser simples, pode-se melhorar a análise da água realizando este teste. Para isso deve-se seguir o seguinte roteiro:

(a) *Soluções e reagentes necessários:*

- Hidróxido de sódio a 10%;
- Murexida (purpurato de amônia): misturar bem em um almofariz, 0,2 gramas de murexida com 100 gramas de cloreto de sódio em pó. Guardar seco em frasco escuro, bem fechado;
- EDTA 0,02 N : tomar 3,7225 gramas de EDTA e completar para 1 litro.

(b) *Método de determinação:*

- Tomar 25 ml da amostra da água em um erlenmayer (sobre fundo branco) e adicionar 25 ml de água destilada;

- Juntar aos 50 ml, 2 ml de NaOH a 10% e cristais do indicador murexida;
- Titular com EDTA 0,02 N e $f = 1$ (de preferência) até a "virada" de rosa vivo para roxo claro e verificar quanto se gastou (em ml) de EDTA até a respectiva "virada". Seja "V" o volume gasto e "Va" o volume da amostra.

(c) *Cálculo:*

$$\text{Ca}^{++} \text{ em mg/1} = \frac{V \cdot f \cdot 1000 \cdot 0,4}{V_a} = 8 \cdot V \cdot f$$

(3) *Magnésio (Mg⁺⁺):*

Embora não seja atribuído ao magnésio efeitos tóxicos, o teor do mesmo não deve exceder a concentração de 150 mg/1 (150 ppm) na água potável. Em campanha, quando os homens têm à sua disposição uma água com conteúdo de magnésio maior do que o daquela a que eles estão acostumados, podem sofrer distúrbios intestinais temporários. O equipamento portátil em uso nos P Sup Agu não realiza a determinação do magnésio.

Pode-se suprir esta deficiência do seguinte modo:

(a) *Soluções e reagentes necessários:*

- EDTA 0,02 N;
- Eriocromo Black-T: misturar 0,2 gramas de eriocromo black-T em 100 gramas de cloreto de sódio. Guardar em frasco escuro;
- Solução tampão pH = 10: dissolver 0,644 gramas de $\text{MgCl}_2 \cdot 6\text{H}_2\text{O}$ ou 0,780 gramas de $\text{MgSO}_4 \cdot 7\text{H}_2\text{O} + 1,178$ grama de EDTA dissódico com 50 ml de água em balão de 250 ml. Adicionar 16,9 gramas de cloreto de

amônia (NH_4Cl) e 143 ml de NH_4OH . Aferir para 250 ml. Conservar bem fechado. Se 1 a 2 ml do tampão não produzir $\text{pH} = 10 \pm 0,1$, desprezar a solução pois a mesma já estará alterada devido ao problema de evaporação com modificação de concentração.

(b) *Método de determinação:*

- Tomar 25 ml da amostra em um erlenmayer (sobre fundo branco) e completar a 50 ml com água destilada;
- Juntar aproximadamente 2 ml da solução tampão ($\text{pH} = 10$) e adicionar de 0,05 a 0,10 gramas de eriocromo black-T (indicador) à amostra;
- Titular com EDTA 0,02 N e $f = 1$ (de preferência) até a “virada” do vermelho roxo para azul;
- Anotar o volume (V_1) gasto para esta titulação (este volume refere-se à soma de cálcio e magnésio).

(c) *Cálculo:*

$$\text{Mg}^{++} \text{ em mg/l} = \frac{(\text{V}_1 - \text{V}) \cdot f \cdot 1000 \cdot 0,243}{\text{V}_{\text{amostra}}}$$

$$\therefore \text{Mg}^{++} \text{ em mg/l} = 4,86 \cdot (\text{V}_1 - \text{V}) \cdot f$$

(4) *Nitrito (NO_2^-):*

A presença de nitrito revela, quase que exclusivamente, processo biológico produzido por microorganismos que atuam sobre materiais em decomposição. A água que apresentar nitrito deve ser considerada “suspeita” do ponto de vista sanitário.

O equipamento "Water Quality Control Set" não fornece meios para a realização deste teste. Pode-se reconhecer a presença de nitrito da seguinte maneira:

(a) *Soluções e reagentes necessários :*

- Griess I (dissolvem-se 0,5 gramas de ácido sulfânico a 10%);
- Griess II (deixa-se ferver 0,1 gramas de alfa-naftilamina com 20 ml de água; separa-se a solução limpida por decantação e adiciona-se esta solução em 150 ml de ácido acético a 10%).

(b) *Método de determinação :*

- Tomar aproximadamente 2 ml da amostra de água em um tubo de ensaio;
- Juntar 3 gotas de Griess I e 3 gotas de Griess II;
- O aparecimento de uma coloração rósea, após alguns minutos, indica a presença de nitrito.

(5) *Nitrato (NO₃) :*

Representa o estágio final da oxidação dos nitritos, cuja origem na água se viu no item anterior (4).

Quando estiver presente na água, como resultado da decomposição biológica, indica contaminação. As águas para beber não devem conter mais de 10 mg/1 de NO₃ e sua presença na água natural deve sugerir poluição. Jovens e adultos podem beber água com razoável concentração de nitrato, sem nenhum perigo para a saúde. Todavia, o ideal seria que a água não o contivesse.

Para a agricultura o nitrato na água, qualquer que seja a sua origem, é muito útil, exceto se da sua formação resultar produtos tóxicos para as plantas.

Como o equipamento portátil não dá condições de realização deste teste, pode-se efetuá-lo do seguinte modo:

(a) *Soluções e reagentes necessários :*

- Difenilamina (dissolvem-se 0,5 gramas de difenilamina em solução mista de 7,5 ml de água em 50 ml de

H_2SO_4 concentrado; este reagente deve ser preparado na ocasião de seu uso;

- Ácido sulfúrico concentrado.

(b) *Método de determinação:*

- Tomar a proxidamente 2 ml da amostra de água em um tubo de ensaio;
- Juntar a esta amostra, cuidadosamente, protegendo o operador (tubo inclinado), 3 gotas de ácido sulfúrico concentrado e 3 gotas de difenilamina;
- O aparecimento de uma coloração amarelada indica a presença de nitrato. Deve-se fazer um teste em branco com água desionizada ou destilada recente.

(6) *Amônia (NH_3):*

A amônia nas águas naturais indica poluição recente, sob condições redutoras. Uma concentração de 0,1mg/l deve ser olhada com suspeita. Da mesma forma que o nitrito e o nitrato, deve-se desejar que uma água de boa qualidade não revele a presença de amônia.

Para suprir a deficiência do conjunto para controle de qualidade da água, pode-se realizar o teste para NH_3 do seguinte modo:

(a) *Soluções e reagentes necessários:*

- Iodeto de potássio a 5%;
- Hipoclorina (solução comercial) ou Reativo de Nessler (dissolvem-se 5 gramas de iodeto de potássio em 100 ml de água; adiciona-se, gota a gota, uma solução de cloreto mercúrico — 2,5 gramas de $HgCl_2$ dissolvidas em 10 ml de água — até a persistência de um ligeiro precipitado e deixa-se esfriar. Em seguida adiciona-se a solução de hidróxido de potássio — 15 gramas de KOH dissolvidas em 30 ml de água — e dilui-se com água até completar o volume total de 100 ml e adiciona-se 0,5 ml da solução restante de $HgCl_2$. Deixa-se decantar e usa-se a solução comercial).

OBS. : Deve-se usar, de preferência, o iodeto de potássio a 5% e o reativo de Nessler. Esta solução deve ser clara e guardada em depósito de polietileno hermeticamente fechado. Se apresentar precipitado ou coloração amarela pronunciada, abandone-a. Desprezar a solução cada 2 meses.

(b) *Método de determinação:*

- Tomar aproximadamente 2 ml da amostra de água em um tubo de ensaio;
- Juntar 3 gotas de iodeto de potássio a 5% e 3 gotas de reativo de Nessler (ou então, hipoclorina);
- O aparecimento de uma coloração amarelo-pardo indicará a presença de amônia.

(7) *Dióxido de carbono (CO₂):*

O dióxido de carbono é um produto da respiração das plantas e dos animais aquáticos e, também, um subproduto da decomposição da matéria orgânica. O CO₂ na água potável não é fisiologicamente importante para o homem e os animais (porém apresenta um efeito marcante nos peixes). O dióxido de carbono livre contribui para tornar a água corrosiva.

O ar contém cerca de 0,04% de CO₂ e a concentração na água em equilíbrio com o ar se aproxima de 0,07 ppm.

Para o organismo humano o CO₂ é inócuo, sendo muito empregado em refrigerantes.

O equipamento portátil dá condições à realização deste teste.

(8) *Sulfato (SO₄):*

Nos suprimentos de água potável o sulfato não deve exceder a 250 mg/l. A água contendo mais de 500 mg/l pode ter efeito laxativo quando utilizada pela primeira vez, se bem que o organismo, com um certo tempo, se acostume a tais quantidades. Aguas com mais de 2.000 mg/l não podem ser toleradas sem um período especial de adaptação, o qual deve ser bastante longo. Também este teste é encontrado no equipamento portátil utilizado pelos Batalhões de Engenharia.

(9) Dureza:

"Dureza" é um termo que se refere ao efeito causado pelos íons de cálcio, magnésio, ferro, alumínio, estrôncio, bário e manganês. Somente Ca e Mg são importantes, nos casos normais.

No Brasil, mais precisamente no Sul do País, existe a seguinte classificação selecionada de dureza (em mg/l de CaCO_3):

De 0 a 100 ... branda

De 100 a 200 ... intermediária

Acima de 200 ... dura

Para os P Sup Agu devemos dar preferência a uma dureza inferior a 100 mg/l de CaCO_3 . Este teste é facilmente realizado pelo equipamento portátil referenciado neste trabalho.

(10) Alcalinidade:

A alcalinidade de uma água é definida como sendo a sua capacidade de neutralização de acidez e é usualmente devida à presença de íons de carbonato e bicarbonato. Uma solução com baixa alcalinidade tem mais probabilidade de ser corrosiva do que uma de alcalinidade elevada.

São os seguintes os limites recomendados para a alcalinidade da água potável e para cozinhar:

- A alcalinidade à fenolftaleína (CO_3^{2-} $-$), calculada como CaCO_3 , não deve ser maior que 15 ppm mais 4 décimos da alcalinidade total;
- A alcalinidade de carbonato normal não deve exceder 120 ppm;
- Se houver excesso de alcalinidade produzido por tratamento químico, a alcalinidade total (como CaCO_3) não deve exceder a dureza mais de 35 ppm.

Com o equipamento "Water Quality Control Set" podemos realizar este teste.

(11) Cloreto (C1-):

O ion de cloreto ocorre em todas as águas naturais, em quantidades variáveis.

A uma concentração de 300 mg/l o cloreto pode ser notado somente por pessoas de paladar sensível. Algumas pessoas podem não percebê-lo senão quando o conteúdo atinge cerca de 700 mg/l. Mais de 1500 mg/l geralmente não podem ser tolerados pelos seres humanos. Para águas potáveis o conteúdo de 250 mg/l é aceitável como limite máximo.

Embora o equipamento portátil dê condições de execução deste teste, caso não se possa utilizá-lo, deve-se agir da seguinte maneira:

(a) *Soluções e reagentes necessários:*

- Nitrato de prata 0,1 N ou 0,05 N;
- Cromato de potássio a 5% (indicador).

(b) *Método de determinação:*

- Tomar 50 ml da amostra de água em um erlenmayer (sobre um fundo branco). Neutralizar, se necessário, com NaHCO_3 0,01 N.

O ph pode variar de 7 a 9;

- Juntar 1 ml de cromato de potássio a 5% e titular até perceber a primeira nuance da "virada" do amarelo para vermelho tijolo. Fazer prova em branco na mesma condição.

Seja:

Vg o volume gasto;

N a normalidade;

f o fator;

Va o volume da amostra.

Deve-se descontar 0,2ml do total para a Ag_2CrO_4 , ou o gasto para o branco.

(c) *Cálculo:*

$$\text{mg/l de Cl} = (\text{vg} - 0,2) \cdot \text{N} \cdot \text{f} \cdot 1000 \cdot 35,46 \\ \text{Va}$$

$$\therefore \text{mg/l de Cl} = 710 \cdot \text{V} \cdot \text{f} \cdot \text{N}$$

(12) *Sólidos totais dissolvidos:*

As águas potáveis de boa qualidade contêm menos de 500 mg/l de sólidos dissolvidos. No entanto, caso fontes melhores não estejam disponíveis, águas contendo 1000 mg/l ou até mesmo mais do que isto, podem ser utilizadas.

As concentrações permitidas se baseiam nos limites de adaptabilidade às águas com elevado teor mineral. Com isso talvez se evitem efeitos fisiológicos nos indivíduos que, acostumados com águas brandas, passem a beber água mineralizada.

O equipamento portátil em consideração permite a realização deste teste.

(13) *Condutividade elétrica:*

Quando a água conduz bem a corrente elétrica, significa que o teor salino é grande. A condutividade elétrica de uma boa água potável deve ser inferior a 750 micromohr.cm⁻¹.

Através dos sólidos totais dissolvidos pode-se calcular a condutividade elétrica do seguinte modo:

$$\text{Condutividade elétrica} = \frac{2}{3} \cdot \text{sólidos totais dissolvidos}$$

É uma informação apenas aproximada. Varia com o teor de SO₄²⁻ ou Cl⁻. Da mesma forma, a condutividade multiplicada por 0,55 a 0,70 representa os sólidos solúveis filtráveis. Se a alcalinidade cáustica for grande o fator é menor do que 0,55 e para as águas com elevado teor salino, por exemplo sulfatos, maior do que 0,70. Se gastar mais de 10 ml de AgNO₃, tomar alicota menor e completar com água

destilada. Descontar 0,2 ml da amostra, correspondente ao branco.

(14) *Acidez (total e livre):*

A acidez das águas naturais é devido quase que exclusivamente ao CO_2 e sais ácidos hidrolizados. Raramente provém de ácidos minerais, salvo a acidificação causada por produtos hidrolíticos.

Dentro de certos limites podem estar presentes o CO_2 livre e a alcalinidade, o que ocorre em muitas águas naturais.

Algumas águas de drenagem de minas podem apresentar-se com ácido sulfúrico livre. As águas com elevado teor de CO_2 livre atacam metais. Isso ocorre comumente nas águas não tratadas que ficam paradas em canos (tubulações) metálicos.

As águas superficiais contêm, normalmente, menos de 10 mg/l de CO_2 . No subsolo este teor pode elevar-se bastante. O teor alto de CO_2 acarreta problemas de corrosividade.

Quando o pH está acima de 8,4, praticamente não há CO_2 livre, devido à alcalinidade da mesma, que produz, gracias à hidrólise, OH.

Existem vários nomógrafos que relacionam o teor de CO_2 livre à alcalinidade e ao pH. Quando se usar nomógrafos deve-se ter as medidas analíticas com muita precisão, haja visto 0,1 unidade de pH causar um erro de 2 a 4 mg na faixa de pH de 7,0 a 7,3 para uma alcalinidade de 100 mg/l e 10 a 15 mg/l e se alcalinidade for de 400 mg/l, segundo dados dos métodos padrões da "American Public Health Association", "American Water Works Association" e Water Pollution Control Federation".

O CO_2 é inócuo à saúde e muito empregado em refrigerantes, no sentido de melhorar sua potabilidade. O mesmo não se dá quando em caldeiras, devido ao problema da cor-

rosividade. Diversos casos de explosão devido à acentuada agressividade da água têm ocorrido em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

Este teste pode-se realizá-lo com o equipamento portátil referenciado neste trabalho.

V — Conclusão

Este trabalho sintético visa auxiliar ao oficial de Engenharia que seja responsável pelo suprimento de água em sua Unidade. Com o estudo realizado e alguma pesquisa ele poderá interpretar corretamente os testes determinados pelo equipamento portátil "Water Quality Control Set" (ou outro similar), além de, se quiser melhorar o padrão da água em seu P Agu, acrescentar outros testes que certamente lhe assegurará uma análise mais perfeita, além de poder verificar (se for o caso) quais as causas reais de uma possível inadaptação da tropa com a água tratada.

BIBLIOGRAFIA

- (1) "Analysis of Water and Sewage" — Theroux Eldridge and Mallmann;
- (2) "Standard Methods for the Examination of Water and Waste-water" — American Public Health Association, Inc.

"Metade da batalha estará ganha se começardes o dia com um sorriso."

Caxias e o Uso Militar de Aeróstatos

Ten Cel Inf QEMA
CLAUDIO MOREIRA BENTO

Na Guerra da Tríplice Aliança 1865-70 — Campanha do Paraguai — o Exército Brasileiro defrontou-se com um grave problema decorrente da ausência de cartas, esboços e informações sobre o T.O.

Lutando numa planicie, o problema de dominância de vistas sobre o campo adversário tornou-se crucial para possibilitar localizar-se fortificações e acompanhar-se a movimentação, das tropas inimigas.

Para compensar esta deficiência recorreu-se aos *mangrulhos*, postos de observações artificiais.

Este processo servia para a observação aproximada e como medida de precaução contra um ataque de surpresa.

Os reconhecimentos mais profundos eram feitos à viva força pela Cavalaria.

Consistiam em verdadeiros ataques, com grandes perdas em vidas de parte da força de reconhecimentos. O ataque a Curupaiti foi um salto no desconhecido, de altíssimo preço em vidas humanas, em razão de se desconhecer o que existia entre a linha de partida e o objetivo.

O Marquês de Caxias, ao assumir o comando das operações, após Curupaiti, procurou sanar estes inconvenientes.

Mandou vir da Europa dois aeróstatos cativos a hidrogênio (charliérs).

Em 24 de junho de 1876, teve lugar a primeira ascensão.

Seguiram-se mais 12 ascensões: A 2.^a, 8 Jul; a 3.^a, 4.^a e 5.^a em 12 Jul; a 6.^a, 13 Jul; a 7.^a, 20 Jul; a 8.^a, 21 Jul; a 9.^a 22 Jul; a 10.^a, 15 Ago; a 11.^a, 16 Ago; a 12.^a e última em 25 Set.

A ascensão "record", com guarnição, foi a 7.^a, na qual um aeróstato atingiu 140 metros de altura.

Destacaram-se nestas operações os seguintes oficiais do Corpo de Engenheiros: capitães Francisco Cesar da Silva Amaral, Cursino Amarante e Conrado Jacob Niemeyer.

As treze ascensões permitiram retificar-se cartas anteriormente levantadas, confirmar-se que a via de acesso Tuiuti-tuyucué era a melhor, descobrir-se linhas de trincheiras contínuas entre Tuiuti e Humaitá e as intenções de uma tropa de Cavalaria inimiga.

As últimas observações foram prejudicadas por esta contramedida adversária:

"Sempre que o balão aparecia, o inimigo fazia muita fumaça defronte, nas trincheiras, para ocultá-las. Com este intuito preparavam de antemão fogueiras de pasto."

Dionízio Cerqueira, testemunha ocular de uma das últimas ascensões, assim a descreveu:

"O Marquês de Caxias, capitão experimentado e conhecedor da parte difícil de comandar, rodeou-se de oficiais inteligentes e instruidos.

Nada desprezava do que pudesse ser útil ao Exército.

Mandou vir um balão para se conhecer e observar o inimigo.

Que azáfama para enchê-lo!

Felizmente, não precisavamos poupar ácido sulfúrico, como na Republica Francesa no fim do século 18, e não re-

corremos como ela ao processo lento e difícil da decomposição da água, para a preparação do hidrogênio.

Foi um dia de festa em nossos arraiais.

Todos queriam ver o balão subir.

Subiu com efeito mantendo-se no ar preso por cabos.

Mas pouco se viu porque o inimigo enfumaçou o campo com fogueiras e tiros de canhão.

Nenhum serviço nos prestou.

Felizmente não nos faltaram os reconhecimentos de nossa brava Cavalaria e dos esforçados oficiais de Estado-Maior e de Engenheiros e o informes de desertores e espiões.

Este episódio dos aerostatos, além de confirmar a sensibilidade de Caxias para o progresso tecnológico militar, evidencia seu pioneirismo nos primeiros passos da aviação no Brasil, seis anos antes do nascimento do outro grande brasileiro, Santos Dumont, inventor do avião e patrono de nossa Aeronáutica.

Julga-se um homem capaz de grandes coisas, pela atenção que presta às pequenas.

Considera tua honra como alguma coisa de mais peso que um juramento. Nunca mintas.

SOLON

Aspectos da Administração de Comando

Cel Art QEMA

JUAREZ D. V. DE ABREU GOMES

Até onde as modernas teorias de administração aplicam-se ao comando de uma Organização Militar, especificamente, de um Corpo de Tropa?

O chavão pejorativo de quem na prática a teoria é diferente, encobre a evidência de que a boa teoria, se aplicada com discernimento, fundamenta e aperfeiçoa a prática. Há hoje volumosos estudos e pesquisas sobre administração. As Forças Armadas vêm deles se beneficiando e incorporando-os à doutrina.

Uma Organização Militar, pela natureza de suas missões operacionais, tem que ser eficiente. Se nos lembramos que a missão será cumprida a despeito das perdas e das adversidades do combate, percebemos que é, particularmente no corpo de tropa, onde repousa o maior teste da real coordenação de esforços.

A unidade de tropa caracteriza-se pela intermitência de emprego. Ao contrário da empresa comercial ou industrial, este depende de circunstâncias, o que implica um aprestamento disciplinado, apto a dar à Unidade o potencial para agir quando necessário.

O corpo de tropa deve ser capaz de transformar, em curto prazo, a inatividade de tempo de paz em uma ação bélica efetiva. A administração de paz deve permitir que essa transição se faça com presteza e de forma coordenada. Isto só será possível quando houver unidade de doutrina, que

exige instrução, disciplina e confiança no chefe, elementos formadores do moral.

A unidade de doutrina começa com a ordem unida, sua expressão mais simples e visível. A ordem unida é a melhor escola de disciplina e cooperação e assim deve ser compreendida, pois a perfeição mecânica que busca nada tem a ver com as condições de combate. Seu fim é a harmonia coletiva. Assim que o recruta percebe seu espírito está iniciada a doutrinação militar, que procura aglutinar toda a unidade por um sentimento comum.

A unidade de doutrina vai permitir a execução descentralizada das operações. A uma tropa com doutrina comum basta que se lhe diga o que se espera dela e o porquê. O porquê é essencial. Ele faz a distinção entre a obediência passiva e a ativa. O homem deve saber sempre a razão das ações a que é submetido. O conhecimento dos fins e a unidade de doutrina permitem que o comandante confie no cumprimento da missão por seus subordinados.

A doutrina baseia-se mais em princípios do que em regras. Daí a iniciativa "dentro da idéia do chefe".

A função administrativa, tal como a entendemos — prever, organizar, comandar, coordenar e controlar — bem difere das tarefas de execução, embora nem todos consigamos distingui-las perfeitamente.

O administrador deve precaver-se da tendência de dedicar grande parte de seu tempo a ações executivas, tendência resultante de tantos anos como executante desde tenente. Para o exercício das três atividades administrativas — decidir, comunicar e melhorar — é preciso estabelecer os objetivos, a aplicação dos recursos, os programas e as normas gerais de ação (NGA).

O comandante deve definir sua orientação — diretrizes — nos aspectos em que ele e seus subordinados estão repetidamente decidindo, bem assim estabelecer como essas diretrizes serão aplicadas e as ações em caso de conduta, já que não se pode prever todas as situações possíveis.

Planejando

Todos conhecemos as teorias de chefia e administração, mas recentemente encontrei um comandante tão atarefado e concentrado em demasia nas minúcias da rotina que não lhe sobrava tempo para administrar. Resolvia problemas da competência de subordinados, fazia coisas que podiam ser delegadas, suas reuniões não acabavam — dissipavam-se, depois de alongarem-se em divagações. Como não planejava, não previa os problemas que as limitações de recursos, tempo, pessoal e material sempre acarretam. E o pior, perdia-se em anotações excessivas de controle e passava grande parte de seu tempo em contato com funções que exercera quando tenente e capitão e de que mais gostava.

Planejar representava para ele aplicar-se em planos ir-realizáveis, iniciando tarefas que não tinha meios de completar e às quais se dedicava com afinco.

Aqui, também, cabe o consagrado princípio da exceção: enquanto as decisões ordinárias são tomadas em nível com autoridade para tal, o problema excepcional é encaminhado a nível superior caso implique alteração de normas. A administração por exceção, como é definida, concentra-se nos casos anormais.

A elaboração orçamentária, de acentuada evolução entre nós e ainda em aperfeiçoamento, é elemento essencial da administração de uma OM. Deve ser baseada em planos futuros e não em despesas passadas. A conduta correta evitará, do próximo comandante, solicitações de emergência. Se, por definição, é impossível prever acontecimentos inesperados, preveremos como enfrentá-los e sua repercussão na vida e na instrução da Unidade.

O planejamento abrangente das atividades anuais de uma OM consiste na integração e coordenação das ações impostas e deduzidas, função das missões e diretrizes recebidas.

A administração por projetos — hoje adotada no Exército e aplicável ao escalão unidade — permite que, tal como

nas operações de combate, se estabeleçam objetivos finais e intermediários e que, assim, todos os esforços sejam orientados para sua consecução.

O método que adotamos de estudo de situação é aplicável "mutatis mutandis" à determinação prática de objetivos na administração de paz. Com que vantagens? Concentração de esforços e motivação da tropa para objetivos imediatos, mensuráveis e, principalmente, visíveis. O teste de subunidade, o desfile de 7 de Setembro, o adestramento da fração operacional são exemplos de objetivos específicos.

Fixar objetivos para equilibrar o planejamento e assegurar uma execução coordenada; partir dos objetivos gerais para os específicos, dando-lhes uma redação simples — o que é mais difícil do que parece; evitar objetivos em demasia, o que é pior do que não tê-los, pois então perde-se o que se visava: a orientação comum.

Não se estabelecem objetivos para atividades de rotina. A conservação do aquartelamento — manutenção e reparação — não tem objetivos, mas normas de ação contínua.

Os objetivos iniciais serão simples; se complexos, confundirão os executantes. É necessário esclarecer os subordinados que os objetivos visam a facilitar a execução, que não são algo teórico, acadêmico. De nada servem os objetivos se não forem traduzidos em ações a realizar.

Finalmente, cabe ver se o objetivo é compatível com os demais planejamentos da unidade e da fração interessada. Ai em geral, são necessárias adaptações. Se quisermos saber porque algumas unidades se destacaram, basta verificarmos a importância que atribuiram à fixação e integração de seus objetivos.

Ganhando tempo e rendimento

A adoção de NGA representa papel mais importante, para a ação administrativa do comandante, do que comumente se atribui. Para as operações repetitivas, elas acarre-

tam simplificação de direção e execução. Devem ser revistas anualmente em busca de aperfeiçoamentos e simplificações possíveis, que economizem tempo e energia. A moderna técnica de análise e um sistema de pesquisa levarão, racionalmente, aonde a padronização é desejável. As NGA não são meras repetições ou resumos do RISG, R Cont, R6, RAE etc., mas sim a rotina simples das atividades que estes preconizam; devem, ainda, incorporar as pequenas e fragmentárias decisões processuais em uma repartição ou fração da OM.

A implantação de um programa de simplificação de trabalho em uma unidade faz frente aos problemas oriundos de falta de pessoal e — mais importante — à movimentação de oficiais e sargentos. A constante variação dos executantes das funções exige, para a continuidade administrativa, regras objetivas de funcionamento.

Planejar a simplificação do trabalho não é simples: há que analisar a divisão, o volume e o fluxo deste trabalho com vistas a aperfeiçoar os métodos e processos, distribuição dos encargos e do espaço, aspectos quantitativos e qualitativos por indivíduo ou órgão interno, bem como a adaptação das NGA e normas de controle.

Uma maneira de fazer isto é determinar o volume de trabalho homem/hora (Hh), relacionando as atividades e seus consumos de Hh, por ordem de importância. Em seguida, determinam-se as atividades que consomem mais tempo e conclui-se se há duplicação de tarefas, se estas estão dispersas e se há capacidade ociosa, desperdiçada ou mal orientada.

Cabe verificar se o tempo gasto em determinada atividade pode ser reduzido, combinando-a com outra. Vale experimentar na tesouraria ou outra repartição, por exemplo. Examina-se a atividade diária de cada elemento e analisa-se como ele aplica seu tempo.

Antes de fazer modificações, deve-se concluir o número de Hh economizáveis, se os claros de pessoal foram considerados e se as relações, os canais de contato e a disposição das instalações são os mais adequados.

Ressalte-se uma conclusão importante a tirar: se a rotina e o trabalho por demais simples não estão matando o interesse e a criatividade. Esta preocupação deve ser constante, principalmente quanto aos sargentos em funções burocráticas, normalmente dotados de latente potencial. E neste aspecto, a descentralização pode muito.

Descentralizar é, em essência, delegar autoridade; dividir a tarefa dando a cada subordinado a responsabilidade pelo êxito ou erro. É aí que se exige do comandante habilidade de coordenador, de forma que cada fração ou órgão interno reforce e apóie os demais na consecução dos objetivos. Isso parece óbvio: um motor com excesso de potência pode danificar a transmissão do automóvel. Cabe ao chefe assegurar que a busca da eficiência de um elemento não prejudicará os órgãos afins.

Coordenação e supervisão

Na ação de coordenar, cabe-nos distinguir o principal do secundário, fazer com que cada fração ou repartição conheça bem os objetivos a atingir das demais e realizar reuniões de convergência de esforços.

Refiro-me às reuniões que visam a propiciar informações, cooperação e consciência de grupo. Esta finalidade será atingida quando cada componente sentir nos companheiros os reflexos de suas ações. Nas reuniões identifica-se o problema e seus fatores condicionantes através da participação ordenada de todos. As velhas regras continuam valendo: começar na hora marcada com qualquer número; conter aqueles com tendência a descer a minúcias supérfluas ou desviar-se do assunto; evitar que rivalidades pessoais sejam a razão de oposição sistemática à idéia do outro; ativar os que não participam porque não gostam de ser contrariados; o telefone não interrompe reunião (salvo por imposições hierárquicas); repetir as contribuições importantes para assegurar o entendimento geral e — o mais importante — não haver reunião sem uma agenda definida e especificada.

Em casos extremos, já houve quem adotasse o expediente de só permitir a palavra de cada participante depois que este repetisse fielmente as idéias do que lhe precedeu. O ideal é que cada um veja o problema como ele se apresenta para os demais. Em suma, as reuniões são um instrumento valioso, mas nefasto quando usado em excesso e sem habilidade.

Falamos antes em descentralização; talvez seja melhor falar em liberdade de ação em vez de delegação de competência. A delegação implica agir da forma que agiria quem delegou. A liberdade de ação estabelece uma área delimitada onde o "liberado" pode mover-se à vontade. A concessão de liberdade de ação é uma evidência de confiança no subordinado. A reação deste é um positivo sentimento de responsabilidade. A liberdade de ação aceita a individualidade e provoca criatividade e inovação.

Em verdade, o subordinado é mais capaz do que se pensa. Ele cumprirá tarefas difíceis se dadas com acerto e propriedade. A liberdade de ação dá ênfase aos objetivos fixados. Mas delegar não é fácil, pois tem que ser precedido de diretrizes e do estabelecimento dos objetivos e da forma de controle.

Um aspecto correlato é a grande tarefa de produtividade: mais do que tornar o subordinado produtivo cabe fazer produtivo seu conhecimento, isto é, fazer com que sejam aplicados seus conceitos e idéias.

E eis a regra fundamental: os métodos de relações humanas variam com o pessoal disponível e os objetivos fixados. Se hoje é conveniente delegar mais ou dar mais liberdade, amanhã a situação pode indicar uma administração mais centralizada. A forma de supervisão varia com as características individuais. Alguns lembretes são sempre úteis:

- sempre que possível, ao subordinado deve caber a medida corretiva;
- a autoconfiança do subordinado é o principal fator para seu bom desempenho;

- o comandante analisará, com constância, se os métodos vigentes de comunicação e correção são os mais adequados à situação;
- o exemplo pessoal é o maior veículo de comunicação;
- o êxito administrativo é obtido quando conseguimos correlacionar os interesses individuais com os objetivos fixados.

Organização Informal

A par da estrutura formal da Organização Militar, desenvolve-se nela um relacionamento pessoal e social entre seus integrantes — a estrutura informal — que irá complementar ou opor-se àquela formal, em função da habilidade do comandante. Na estrutura formal, a autoridade, função do cargo, flui de cima para baixo; na informal, desenvolve-se para os lados e, às vezes, de baixo para cima. As ligações dos grupos derivam-se de várias causas: idade, posto ou graduação, competência, vizinhança de moradia, conhecimento prévio de outras guarnições ou unidades e o próprio convívio no trabalho. Esses grupos surgem de necessidades comuns e da identidade cultural.

Cabe ao comandante aproveitar-se dessa aglutinação sadia em proveito do cumprimento das missões da unidade.

A integração dos interesses, objetivos e critérios de avaliação das duas estruturas — formal e informal — permitirá ao chefe aumentar a satisfação pessoal de seus homens e o rendimento da unidade. Ademais, se bem aproveitada, a organização informal é um bom meio de comunicação, embora tanto sirva para informações úteis como para boatos deletérios.

O comandante precisa conhecer o organograma informal para resolver possíveis conflitos, antagonismos e, até, problemas de comunicação e chefia. O administrador não pode desconhecer a importância do jogo de sentimentos pessoais, criadores dos grupos informais, bem como os critérios e líderes

destes; deve concorrer para a manutenção do prazer de associação, característica gregária do homem.

O comandante que não busca conhecer as idéias de seus homens perde uma das melhores fontes de informação. Por outro lado, o subordinado deve estar ciente dos objetivos, prioridades e do rendimento dele esperado.

Dentre as mais comuns falácias quanto à comunicação é confundi-la com informação. Esta é impessoal e fria, enquanto aquela é interpessoal, humana — percepção. A comunicação implica dar aso à experiência do subordinado, pois ninguém aceita um método ou processo sem conhecê-lo ou vivê-lo.

A comunicação começa a efetivar-se quando o subordinado percebe o significado das decisões — nesse instante o superior atinge sua motivação.

Não raro, os objetivos são mal atingidos por falta de motivação. Esta se obtém criando oportunidades, *no exercício da função*, para aplicação do contido potencial do subordinado. Ninguém consegue motivar ninguém; o que se pode é criar um ambiente propício à automotivação — satisfação das necessidades do ego, de reconhecimento e respeito.

Os três grandes motivadores: sentimento de participação, possibilidade de progresso pessoal e oportunidade de emprego de sua capacidade e habilitação.

Todos reconhecem o axioma de que o maior rendimento obtém-se mais com a melhoria do esforço do que com o aumento de trabalho. Outros princípios simples ajudam à motivação: o subordinado se interessará mais no seu trabalho na medida em que seu superior torná-lo interessante, através da criação de oportunidades de sugestão de medidas para a consecução dos objetivos e da identificação do subordinado com estes objetivos. É na apresentação de uma idéia nova onde mais é exigida imaginação e acuidade do chefe, pois sempre que tomamos conhecimento de algo novo a tendência é destacarmos seus defeitos ou desvantagens. O segredo é começar em terreno que o subordinado conheça e compre-

enda, identificando as premissas antes de levá-lo a campo novo. Considerar seus interesses, pois ele estará preocupado em saber como será pessoalmente afetado.

Eis aí alguns "óbvios", não raro esquecidos na prática administrativa. O método mais simples é em geral o melhor e gasta menos tempo. O acurado estudo de análise é que dirá qual é o mais simples, nem sempre fácil de identificar. Em qualquer ação administrativa deve estar presente a capacidade de distinguir o principal do secundário, bom humor, exemplo, incentivo à criatividade e ao devotamento, evitar absorver-se pelas minúcias de escalões abaixo e, finalmente, ter presente que os resultados administrativos são *todos* conseguidos através dos subordinados.

BIBLIOGRAFIA

- ADMINISTRAÇÃO INDUSTRIAL E GERAL — H. Fayol
- A CRISE DA ORGANIZAÇÃO — João Bosco Lodi
- ADMINISTRAÇÃO EFICAZ — Raymond O. Loen
- "MANAGEMENT" — ECEME/EUA
- PRINCIPIOS DE SUPERVISÃO — David Peters
- ADMINISTRAÇÃO LUCRATIVA — Peter Drucker
- MANUAL DE ANÁLISE ADMINISTRATIVA — Pfiffner e Lane

"O ideal não se define; enxerga-se pelas clareiras que dão para o infinito."

(RUI BARBOSA)

Esboço Histórico do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

Maj Capelão

MAURILIO CESAR DE LIMA

Talvez não se possa precisar ainda, com segurança e fundamentação documental, quando teriam começado a serem espiritualmente assistidas as Forças de Terra no Brasil.

As remotas tradições militares portuguesas, presas ao berço da nacionalidade lusa, ao se fundar o Condado Portucalense, falam dos cruzados que rechaçavam os mouros para o sul da Península Ibérica, batalhando contra os inícius ombro-a-ombro com os monges-soldados das Ordens Militares.

Uma destas Ordens, a de Cristo, que incluía nas suas fileiras Cavaleiros Templários, então recentemente supressos, teve como seu grão-mestre o infante Dom Henrique, o Navegador (título que se tornou hereditário na monarquia portuguesa), empreendeu as descobertas marítimas lusitanas, fazendo reviver os velhos ideais das Cruzadas numa inédita Cavalaria dos Oceanos. Com direito, pois, as naus da frota em que Cabral descobriu o Brasil traziam velas pintadas com a cruz da Ordem de Cristo e nelas vinham sacerdotes franciscanos missionários, cujo superior, frei Henrique Soares de Coimbra, celebrou a primeira missa para a tropa da expedição que ia para as Índias. Se se pensa que a primeira missa no Brasil foi o ato de posse da Terra para a civilização, não se pode duvidar que este foi um ato de assistência religiosa as Forças Armadas.

DURANTE A COLÔNIA E O IMPÉRIO — Durante a época colonial, com freqüência, se vêem sacerdotes entre os militares, nos vários episódios assumidos pelas Forças de Terra: fazem parte dos efetivos das *entradas* e das *bandeiras*, são

construtores de fortalezas litorâneas e os que arregimentam índios combatentes para, ao lado dos portugueses, repelir o invasor, chegam a tomar parte nas refregas para a expulsão dos franceses no Rio de Janeiro e dos holandeses no Nordeste. Possivelmente teriam os padres se envolvido com ou sem propósito, nos acontecimentos cuja decisão pertencia ao Exército Colonial, talvez sem cunho oficial ou denominação explícita; ambos, no entanto, aparecem num Aviso Régio, de 24 de maio de 1741, a considerar os capelães que serviam às tropas verdadeiros párocos dos soldados e, como tais, sujeitos à inspeção episcopal (1), cujo ministério precípuamente se dedicava aos militares (2).

Há razões para se supor que estes sacerdotes já tivessem organização peculiar, pois, logo após a Independência, entre 1824 e 1831, existia o cargo de capelão-mor, a quem se davam instruções para a sua função e se lhe prescrevia o uniforme, como o dos demais capelães, pelo Decreto de 7 de julho de 1825 (3).

Não há dúvida que esta organização existiu desde meados do século passado. O Governo Imperial, com o Decreto n.º 747, de 24 de dezembro de 1850 (4), aprovou o Regulamento da Repartição Eclesiástica do Exército, cujo efetivo, distribuído em quatro classes de capelães (os da ativa, os agregados, os avulsos e os reformados, além dos contratados) somava, ao todo, vinte e quatro sacerdotes ao serviço do Exército, dos quais poderiam ser quatro capitães, seis primeiros-tenentes e quatorze alferes (segundos-tenentes). Neste regulamento eram explicitados os direitos, as atribuições e a fisionomia militar dos capelães.

Com a organização incipiente de 1850 serviram os capelães nos diversos quadrantes do Império, nas Campanhas do Uruguai e do Paraguai, onde quer que se encontrasse o Exército no cumprimento de sua missão.

Particularmente durante toda a Guerra do Paraguai, não faltou a assistência religiosa ministrada por denodados capelães, entre os quais alguns mereceram especiais referências elogiosas, alusões nominais em partes de combate e digni-

ficantes informações da parte de um Visconde de Taunay ou de um Dionísio Cerqueira ao escreverem suas memórias e reminiscências a respeito do grande feito de nossas Armas (5).

Após ter cessado o conflito, servindo-se das experiências vividas durante as Operações, como sucedeu em outras áreas da organização do Exército, o Governo reformulou também o Serviço Religioso. Os capelães formaram o Corpo Eclesiástico do Exército, com o Decreto n.º 5.679, de 27 de junho de 1874 (6).

Forma-se, então, um quadro amplo, para as precisões assistenciais religiosas da época, considerando o efetivo do Exército: havia um coronel capelão-mor, um capelão tenente-coronel, um capelão major, dezenas capelães capitães e sessenta capelães tenentes. Estabelecem-se as atribuições do capelão-chefe e dos seus auxiliares na Chefia, do mesmo modo que os dos demais capelães, estatuem-se seus direitos e deveres, o princípio de promoções entre os capelães, as condições de admissão dos candidatos ao Corpo, a subordinação espiritual dos capelães aos bispos diocesanos e descreve-se seu uniforme. Através das ordens do dia do Ajudante-General, pode-se acompanhar as alterações dos que militavam no Corpo Eclesiástico — promoções, transferências, licenças, passagens para a reserva e óbitos — tudo semelhante ao que se referia aos demais oficiais do Exército.

DURANTE A REPÚBLICA — O advento do regime republicano não trouxe modificação de monta na existência dos capelães nos dois primeiros anos. Continuavam eles, em ritmo mais lento, a serem nomeados, transferidos e até se modificou seu uniforme. Porém, depois, um simples artigo 12, da Lei n.º 39-A supriu o Corpo Eclesiástico em 30 de janeiro de 1892, reformando os capelães que tivessem 25 anos de serviço, com soldo inteiro e os demais nos termos da legislação vigente (7). É provável que esta disposição descendesse do 1.º artigo do Decreto n.º 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que proibia às autoridades civis leis, atos administrativos e regulamentos estabelecendo alguma religião ou vedando-a e assim como criar diferenças com serviços sustentados à custa

do Estado, da mesma sorte que no art. 6.º, se garantia a côngrua-sustentação dos então serventuários do culto. Essa Lei, conhecida como a da separação entre a Igreja e o Estado ("a carta de alforria da Igreja no Brasil"), inspirada pelos princípios liberais e positivistas dominantes nos albores da República, já excluia dos quartéis a presença dos eclesiásticos como capelões do Exército (8).

É certo, todavia, que esta exclusão não foi absoluta. Os padres continuaram a ser chamados, incidentalmente, a prestar determinadas modalidades de assistência religiosa. E nos conflitos de maior vulto, em que o Exército se empenhou, sacerdotes apareceram, até fardados, nos hospitais militares, nos deslocamentos e mesmo nas trincheiras, prestando sua efetiva assistência: assim na Revolução de 30 e no Movimento Constitucionalista de 32.

A Constituição de 16 de julho de 1934, a segunda da era republicana, no seu Artigo 113-6, já permitia a assistência religiosa nas expedições militares, sem ônus para os cofres públicos, nem constrangimentos ou coação dos assistidos, restringindo o seu exercício aos sacerdotes brasileiros natos.

O reaparecimento dos sacerdotes nos quartéis foi remotamente causado pela atuação na Escola Militar do Realengo da Conferência Vicentina de São Maurício. Cadetes que procuravam a igreja local e estabeleciam seu contato com a Escola Militar, tornaram-se, mais tarde, os fundadores da União Católica dos Militares e promoveram as páscoas dos militares, até hoje sobreviventes. Não seria exagero supor que a restauração do Serviço Religioso no Exército se deve ao reavivamento religioso suscitado pelos ex-cadetes daquela época, quando galgaram os postos de mando e encontraram propícia a situação para a ressurreição da Assistência Religiosa no Exército.

A ocasião foi a participação do Exército Brasileiro no Teatro de Operações Europeu, na II Guerra Mundial. Como orgânico da 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária, foi criado o Serviço de Assistência Religiosa, com o Decreto-lei nú-

mero 5.573, de 26 de maio de 1944 (9), considerando, entre outros motivos, "que em operações de guerra as forças brasileiras sempre tiveram assistência religiosa". Este Decreto-lei foi regulamentado pela Portaria Ministerial n.º 5.573, de 8 de junho de 1944 (10), em que aparece, pela primeira vez, a possibilidade de existirem capelães protestantes ou de qualquer religião compatível com a Lei, que tenha adeptos na tropa, com o valor mínimo de um vigésimo do efetivo.

O Regulamento do Serviço de Assistência Religiosa para a FEB define clara e minuciosamente sua finalidade, as condições para a nomeação de capelães, a competência do capelão-chefe, as atribuições dos demais capelães, os deveres e as responsabilidades dos chefes militares para com o Serviço, os meios necessários para a sua execução, o uniforme, as insignias e os distintivos dos capelães, que considera pertencentes ao círculo de capitães, enquanto reservava ao capelão-chefe o dos oficiais-superiores, apesar de não terem postos correspondentes e perceberem vencimentos e vantagens como primeiros-tenentes. Finalmente, determina-se que cessarão as atividades do capelão entre os dois e quatro meses após o regresso das Unidades componentes da FEB às suas sedes, logo que termine o conflito. Pelo peso da rotina, força de tradição ou pelo realismo com que se encarava o Serviço, muita da mentalidade e do vocabulário dos redatores do Regulamento de 1944 subsiste até hoje e é fadada a longa duração.

Seguiram, pois, para a Itália os capelães militares nos diversos escalões expedicionários: eram cerca de trinta católicos e dois protestantes. Desde logo se irmanaram com a tropa e desenvolveram suas atividades em qualquer situação, mesmo sob o fogo do inimigo. Conformando-se à organização americana, na qual os capelães tinham postos, à exigência de definição na hierarquia militar, os capelães da FEB receberam, pois, postos de 1.º tenente a tenente-coronel. A receptividade que obtiveram em meio à tropa e a atuação que realizaram podem ser consideradas altamente satisfatórias, conforme o testemunho pessoal dos que nela participaram e a descreveram, destacando-se, entre estes, o depoi-

mento do próprio comandante da Força (11). Entre todos os capelães febianos avultou a figura realmente extraordinária do Cap Cpl Frei Orlando (Antonio Alvares da Silva), inesquecível para todos os que o conheceram, morto por um tiro acidental, na véspera do ataque da FEB ao Monte Castelo, quando se dirigia à frente de combate, a fim de prestar assistência aos soldados do 11.º RI. Com justiça, o Decreto n.º 20.680, de 28 de fevereiro de 1946 (12), consagrhou-o Patrono do Serviço de Assistência Religiosa no Exército.

As vantagens desta assistência prestada durante a Campanha da FEB cessariam com seu regresso e dissolução, de acordo com o previsto, o que ocorreu em fins de 1945. Por isso mesmo propôs-se, logo a seguir, a continuidade do Serviço, em caráter permanente, para o tempo de paz, estendendo-o às demais Forças Armadas, pelo Decreto-lei n.º 8.921, de 26 de janeiro de 1946, alterado pelo Decreto-lei n.º 9.505, de 23 de julho de 1946 (13), regulamentado pelo Decreto-lei n.º 21.495, de 26 de julho de 1946 (14).

A definitiva consagração jurídica da assistência religiosa contemporânea foi logo subseqüente à Constituição de 18 de setembro de 1946; no seu art. 141, § 9.º, em termos mais explícaveis que a precedente de 1934, estabelecia que fosse prestada por brasileiros a assistência religiosa às Forças Armadas, sem constrangimento dos interessados, quando solicitada por eles ou seus representantes legais.

FASE CONTEMPORÂNEA — Conforme as determinações dos documentos supracitados, os capelães militares, brasileiros natos, no gozo de seus direitos políticos, eram nomeados por decreto presidencial, no posto de capitão, dentro de um quadro de efetivos estabelecido para cada Ministério Militar, com a *côngrua* correspondente aos vencimentos e vantagens do mesmo posto; seriam sacerdotes ou ministros religiosos de qualquer religião ou culto não atentatório à disciplina, moral ou lei existente, cujos adeptos alcançassem, no mínimo, uma terça parte das Organizações Militares em seu efetivo. Também se conferiam honras de coronel e de major, respectivamente, ao capelão-chefe e aos capelães

das Escolas Militares para a formação de oficiais. Note-se que, nos termos do Regulamento de 1946, a referência à presença de capelões acatólicos, possivelmente fechava-lhes o acesso; não obstante, a pedido dos capelões católicos, foi mantido um dos capelões protestantes febianos.

O Regulamento de 1946 insiste nos conceitos e expressões empregadas no de 1944, dando-lhes, porém, maior amplitude. Talvez o que apresente de mais próprio seja um estágio de adaptação a ser cumprido, durante dois meses, pelo candidato a capelão em uma Organização Militar, provida de um capelão sênior. Durante o estágio, o candidato adquiriria conhecimentos dos regulamentos militares, métodos e processos de instrução adotados pelo Exército e do exercício das atividades do capelão; findo este estágio, o comandante exararia o seu conceito sobre o aproveitamento do candidato e o encaminharia à Chefia, como peça importante no processo para a nomeação do novo capelão.

Outra característica do Regulamento de 1946 era a Chefia única para os capelões da Marinha, Exército e da Aeronáutica, subordinada inicialmente ao Conselho de Segurança Nacional e posteriormente ao Estado-Maior das Forças Armadas, desde 1949, pelo Decreto n.º 27.373, de 28 de outubro de 1949. Esta peculiaridade apresentava a vantagem de maior uniformidade e coesão nas atividades do Serviço, corroborada em nove Semanas de Retiro e Estudo, que foram celebradas para todos os capelões militares do País, em que se discutiam temas de interesse, julgavam-se sugestões condizentes com o desenvolvimento do Serviço e se retemperavam os capelões pela reflexão e pela acere. Por outro lado, a indole diversa de cada Força Armada, logo assimilada pelos que nela servem e a difícil aceitação da orientação proveniente de Força alheia (o que nem mesmo a subordinação do

EMFA logrou atenuar), o número avultado de capelães e sua distante localização relativa à sede da Chefia, demasiado centralizada, eram motivos contrários a sua eficiência.

Outra curiosidade do Regulamento de 1946 residia na situação instável e indefinida dos próprios capelães, dentro da Força Armada: nomeados por três anos, podendo, no interesse do Serviço e indicação do Ministério interessado, serem reconduzidos por outros períodos de igual duração, tinham o nome de militares, mas duvidava-se que fossem; tinham posto, farda e vencimentos de militares, mas poucos os consideravam como tais. Donde discutiam-se seus direitos, quando não sumariamente os negavam. Este aspecto, certamente importante, na vida militar dos capelães, só ficou definido, após séria e custosa campanha junto ao Legislativo, que obteve o reconhecimento de sua estabilidade, com a Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963 (15).

Em 6 de dezembro de 1950, a situação eclesiástica dos capelães, até então subordinados canonicamente aos respectivos bispos, foi alterada pela criação pela Santa Sé do Vicariato Militar do Brasil, com o Decreto *Ad consulendum*. Este designava Prelado dos militares o Arcebispo do Rio de Janeiro (atualmente é o Arcebispo de Brasília), cuja jurisdição pessoal se justapõe à dos bispos locais, assim como a dos simples capelães é equiparada à dos párocos residenciais (16).

Desde a aplicação do Regulamento de 1946, a presença dos capelães em meio ao Exército passou a ser constante e apreciada, conforme a variabilidade dos conceitos e o modo de ser dos eclesiásticos adaptados à vida da caserna. Esta presença dos capelães junto à tropa muito se evidenciou, quando eles formaram com os contingentes que partiram para o Exterior, nas missões de Suez e de São Domingos, ou por ocasião dos movimentos armados verificados nesta época.

A Lei n.º 5.711, de 8 de outubro de 1971 (17) e o Regulamento de 1972, resultante da Portaria Ministerial n. 995, de 9 de outubro de 1972 (18), deram ao Serviço de Assistência Religiosa suas novas e atuais características. Constituiu-se uma Chefia própria para cada Força, no Exército, subordinada ao Departamento Geral do Pessoal; criaram-se as subchefias regionais, estas subordinadas aos Comandantes de Exército ou Militares de Área; definiu-se a subordinação militar e técnica das capelarias; fixaram-se atribuições, relativas ao Serviço, do Estado-Maior do Exército, do Departamento Geral do Pessoal, dos Comandantes de Exército ou de Área, do Capelão-Chefe, dos subchefes, dos comandantes de Organização Militar e dos capelães. Quanto a estes, cujo efetivo numérico é definido, distinguem-se três classes: os de estabilidade assegurada pela Lei n. 4.242, de 17 de julho de 1963, quadro em extinção, que permanecem no posto de capitão e têm todos os direitos e deveres comuns aos oficiais da ativa; os capelães militares da Reserva não remunerada, oficiais R/2, que, em sucessivos estágios de serviço, ao atingirem 25 anos de serviço, passam para a Reserva remunerada; e os capelães civis contratados pelo Exército, por um período de três anos, renovável apenas duas vezes. Outra especialidade do Regulamento de 1972 é a importância dada ao estágio de adaptação dos candidatos a capelão militar, regulado pelas normas baixadas pelo Departamento Geral do Pessoal e pelas diretrizes do Comandante de Exército ou Militar de Área (19).

Este esboço Histórico do Serviço de Assistência Religiosa foi escrito de modo propositalmente restrito. Pretender uma síntese integral ultrapassa, de certo, a capacidade de quem o escreveu, que, aliás, tem razões para duvidar de sua exequibilidade, pois a História deste Serviço, além de datas e tó-

picos, deveria penetrar em profundidade, em busca de depoimentos, documentos, tradições, ordens do dia, boletins internos, folhas de alterações, folclore castrense e até da anedota, para então recompor o esforço e a eficiência dos que servem à Pátria, como homens de Deus, para que o Deus dos homens seja por eles adorado, amado e servido... Os capelões acreditam que essa tarefa valha a pena, pois uma tropa se aquilata pelo moral que tem e seu esteio é a crença nos valores espirituais pregados pela religião. É aqui, porém, que a História do Serviço encontraria um obstáculo intransponível: ninguém tem fácil acesso ao coração humano que se abre a Deus, decepçionalmente, por meio das mãos desajeitadas e ineptas de um dos seus humildes ministros. Esta História em que consistiria o cerne da existência do Serviço Religioso, jamais será contada. Dificilmente calcularíamos o peso do valor patriótico do exemplo legado por aquele padre Carmo, capelão das Forças em Operação ao Sul de Mato Grosso, na Guerra do Paraguai: invertendo a marcha dos que se retiravam da Laguna, armado, arremeteu, sozinho, contra os paraguaios e lutou até cair ferido nas mãos dos inimigos que o levaram prisioneiro de guerra para Concepción, onde veio a falecer (20). Tampouco conseguiríamos avaliar a ventura daquele pracinha do Suez, que após ter feito a Páscoa, cuidadosamente preparada pelo seu capelão, confiava a um sargento, pouco antes de perecer afogado nas águas do Mediterrâneo: "não sei como posso me sentir tão feliz, num lugar tão desgraçado como este, por ter feito a Páscoa: asseguro-lhe que não faltarei mais à missa dos domingos"...

De fato. Ainda que se apliquem na narrativa todos os rigores da historiografia, a parte mais valiosa e importante da História do Serviço de Assistência Religiosa, só Deus sabe e não poderá ser contada. Jamais...

NOTAS

- (1) R. J. DA CUNHA MATTOS, *Repertório da Legislação Militar* I, 55
- (2) *Idem*, *Ibidem*, 56
- (3) *Idem*, *Ibidem*.
- (4) Texto deste Decreto in *Revista Pro Ecclesia et Patria*, 2, 12.
- (5) A. E. TAUNAY, *Memórias*, 170, 219, 243
D. CERQUEIRA, 312.
Exército em Operações na Repúbl. do Paraguai, Ordens do Dia (1869-1870), 611-613. Parte redigida por Frei FIDÉLIS D'AVOLA, o capelão que mais se projetou durante toda a Campanha, grandemente admirado pelo Imperador Pedro II, por Caxias e Osório e veneradíssimo pelos soldados. Sobre Frei FIDÉLIS, leia-se FR. JACINTO DE PALAZZOLO, omcap, *Crônica dos Capuchinhos do Rio de Janeiro*, 209-228, onde frequentemente se cita DE PARANHOS ANTUNES, um capelão do Exército na Guerra do Paraguai; o texto da Parte de Frei FIDÉLIS se encontra abaixo, Apêndice I.
- (6) *Coleção das Ordens do Dia da Repartição de Ajudante-General*. Publicada no Ano de 1874, 603-609.
- (7) *Ibidem* 1892, 101.
- (8) Texto da Lei, no Decreto 119-A, de 07 Jan 1890, *apud* J. DORNAS FILHO, *O Padroado e a Igreja Brasileira*, 281-283.
- (9) Boletim do Exército n.º 23, de 03 Jun 1944, 1954-55.
- (10) *Ibidem*, n.º 24, de 10 Jun 44, 2. 121-2.126.
- (11) J. B. MASCARENHAS DE MORAES — *A FEB PELO SEU COMANDANTE* — 313, 314:
Veja-se em seguida, Apêndice II.
- (12) *Boletim do Exército* n.º 10, de 09 de março de 1946, 708.
- (13) *Boletim do Exército* n.º 05, de 02 de fevereiro de 1946, 252; *Diário Oficial* de 29 de janeiro de 1946.
- (14) *Boletim do Exército* n.º 31, de 03 de agosto de 1946, 2.425 e *Diário Oficial* de 27 de julho de 1946.
- (15) *Boletim do Exército* n.º 31, de 02 de agosto de 1963, 71.
- (16) *Pro Ecclesia et Patria*, n.º 01, 5 e 7.
- (17) *Noticiário do Exército* n.º 3.458, de 16 de outubro de 1971 e *Diário Oficial* de 13 de outubro de 1971.
- (18) *Noticiário do Exército* n.º 3.701, de 12 de outubro de 1972.
- (19) *Noticiário do Exército* n.º 3.969, de 22 de março de 1973.
- (20) A. d'E. TAUNAY, *Memórias*, 243.

APÊNDICE I

Parte de Frei FIDÉLIS D'AVOLA, a S.A.R. o Sr. Conde D'EU, em 20 Ago 1869. (*Exército em Operações na República do Paraguai, Ordens do Dia 1869-1870, 611-613*).

Acampamento em Caraguatai, 20 de agosto de 1869. Senhor. — É cheio do mais vivo prazer e contentamento que tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Alteza, os nomes dos distintos e beneméritos sacerdotes o Tenente do Exército Cônego Serafim Gonçalves dos Passos Miranda, os alferes voluntários padre Nuno de Faria Paiva e padre José Gabriel da Barra, missionário capuchinho, que no dia 16 prestaram, com a maior abnegação, relevantes serviços no ataque que teve lugar neste dia.

Estes sacerdotes tornam-se dignos de especial menção, por quanto, não se limitaram seus serviços somente ao desempenho de seu sagrado ministério no hospital de sangue, mas ainda, reunindo os feridos bem próximo do campo de combate, transportando-os para o lugar onde deviam receber os primeiros socorros, ajudavam também, no curativo, procurando suavizar seus sofrimentos com palavras de consolação evangélica.

Ainda maior prazer me cabe em mencionar, a Vossa Alteza, o procedimento todo cheio de caridade e humanidade, que no seguinte ataque do dia 18 do corrente, tiveram os bem conhecidos sacerdotes, o tenente cônego Serafim Gonçalves dos Passos Miranda e o alferes padre Nuno de Faria Paiva, incansáveis no trabalho do seu ministério, cujos serviços no Exército são patentes, e por isso são dignos de todos os elogios, seguiram comigo a ver os feridos nos lugares de combate, fazendo-os conduzir ao hospital de sangue, procurando acomodações convenientes para receberem os mais prontos socorros, tanto corporais como espirituais e ajudando também no curativo deles.

A abnegação pelo zelo do serviço espiritual a bem dos feridos, a caridade e humanidade em tão emergentes circunstâncias, manifestadas por estes sacerdotes, falam mais alto no coração do soldado, do que todo e qualquer elogio.

Reitero a Vossa Alteza ainda as minhas felicitações por tão grandes e seguidos feitos de armas, sempre e sempre de continuadas vitórias para as armas aliadas.

A sua Alteza do Sr. Conde D'EU, general-em-chefe dos Exércitos Aliados. — Frei Fidélis d'Avola, missionário capuchinho.

APÊNDICE II

Referência elogiosa coletiva aos Capelões militares expedicionários — (J. B. MASCARENHAS DE MORAES, *A FEB pelo seu Comandante*, 313-314).

Eficiente tem sido a atuação do Serviço Religioso. Os Capelões brasileiros, seguindo o exemplo daqueles padres que sempre se encontravam onde uma ânsia de liberdade surgia no solo pâtrio, acorreram céleres ao chamado para acompanhar a tropa brasileira ao teatro da luta pela liberdade do Mundo.

Acompanhando com desvelo a vida do soldado, fortalecendo-lhe a convicção na significante missão que veio executar tão longe da Pátria, confortando-o nos momentos de crise com palavras de amigo ou com os sacramentos da Igreja, esses pastores de alma têm grandemente auxiliado a ação de comando.

Pensamento voltado para Deus e para o Brasil, sua permanente preocupação consiste em manter no combatente o fogo sagrado da fé cristã e o amor ao solo bendito de nossa Terra.

Alentando os feridos na frente de combate ou nos hospitais, aplicando-lhes os socorros espirituais, tão necessários, esses missionários da Paz muito têm feito pelo bom êxito da FEB na guerra.

Merecem a admiração respeitosa de todos os que aqui lutam e a veneração de nossa gente de além-mar.

APÊNDICE III

Entrevista concedida pelo Maj Cpl P Nilo Kollet, ao jornal *Folha da Tarde*, publicada em 05 de setembro de 1973. Trecho de suas reminiscências. (*O Verde-Oliva*, Centro de Relações Públicas do Exército, 4, 4-5).

... Meu lema sempre foi este: estar onde meu Batalhão se encontra. Isto muito conforta os soldado... Houve momentos em que julguei chegado o último dia. Uma vez, deitado em uma valeta na

encosta de um morro, ouvindo o chiar das granadas de morteiro, pensava em todo o passado e dizia comigo mesmo: Frei Orlando foi o primeiro que não voltará; serei o segundo. E passava em desfile a visão dos pais, amigos, etc. Mas Deus me aquidou naquela hora. Houve gente que estava ao lado que ficou para não mais se levantar. Era preciso ter fé, especialmente naqueles momentos em que o soldado mortalmente ferido, dizia: "padre, escreva para meus pais". O soldado na guerra é um homem com traumas, que precisa encontrar em nós o seu laço afetivo. Nós somos o irmão mais velho, o pai e, em determinados momentos, a mãe. Ouvimos suas promessas, choramos com a dor de seus ferimentos. E temos ainda que gritar: em frente, companheiros!... Certa vez, ao pé do Monte Castelo, resolvi celebrar uma missa às escuras. Adiante estava o campo de prisioneiros que era guarnecido por nossos companheiros. Reuni o pessoal do 9.º Batalhão de Engenharia e comuniquei que a missa seria realizada sem luz e em silêncio. Começamos a rezar mentalmente, quando apareceram os aviões alemães, que não nos viram, mas bombardearam o campo de prisioneiros, sobrando poucos companheiros. De outra, deveríamos levantar acampamento e partir imediatamente para um posto distante vinte quilômetros. Os soldados e oficiais queriam uma missa. Montei a tenda e passamos a rezar, inclusive com o comandante, depois, com uma hora de atraso, partimos. Quando chegamos ao posto, havia só mortos. Aquele atraso, a missa nos havia salvo novamente. Estes acontecimentos marcaram profundamente os soldados.

APÊNDICE IV

A morte de Frei ORLANDO, narrada pelo Capitão FRANCISCO RUAS SANTOS, testemunha do fato. (*Revista Pro Ecclesia et Patria*, 2, 10)

No dia 20 de fevereiro de 1945... Frei Orlando, capelão do Batalhão (II/11.º RI), estivera, pela manhã daquele dia, no desempenho de seus deveres funcionais, em visita às posições da 4^a Cia... e manifestou a intenção de visitar também a 6^a Cia... Encaminhou-se para Docce, de onde poderia chegar às posições da Cia. e achava-se à beira do caminho que ligava o PC do Batalhão ao ponto

cotado 789, a 300 metros de Bombiana, quando por ele subia num *jeep*, para esta última região, o Capitão *FRANCISCO RUAS SANTOS*. O Capelão inteirado da direção da viatura, nela tomou lugar. No *jeep* já se encontravam o Cabo *GILBERTO TORRES RUAS*, motorista, uma praça do II Batalhão e um militar italiano dos postos à disposição do Regimento para os serviços de transporte em montanha, Frei *ORLANDO*, a caminho, depois de dizer o que fizera pela manhã... a uma observação qualquer, chegou a soltar uma de suas costumeiras gargalhadas. O *jeep* marchava lentamente... quando, de repente estaca, immobilizado por uma pedra... O Capitão *RUAS* toma a manícola do *jeep* e se esforça para removê-la. O italiano, no intuito de ajudá-lo, ... também tenta retirá-la a violentas coronhadas de sua carabina. Esta dispara. Frei *ORLANDO*, que se achava parado a uns três metros, é atingido pelo projétil solta um grito e leva a mão ao peito, dá alguns passos à frente, tirando ao mesmo tempo, com a mão direita, o terço do bolso do casaco e balbuciando, às pressas, uma Ave-Maria. O Capitão *RUAS* corre para ele e o faz deitar-se à margem da estrada. A oração apenas começada é abafada pelo ofegar da agonia. Tudo isso, desde o fatal disparo, dura uns dez segundos. O Capitão retorna rapidamente a Docce em busca de socorro médico e traz o Capitão *BICUDO*, facultativo do Batalhão. Este pôde apenas verificar achar-se morto o capelão. O médico descobre-se, persigna-se e reza pela alma de Frei *ORLANDO*, no que é seguido pelo capitão e pelo cabo. Eram aproximadamente quatorze horas.

"O lugar do Comandante da Brigada é com seus homens, não com seus telefones."

GEN G. PATTON

CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Todos sabemos que as causas que prejudicam o papel são: Luz, calor e o clima tropical. Mas, além destas existem outras que poderão ser evitadas, se forem observados os itens que se seguem:

1.º — Não devemos retirar o livro da estante, puxando-o pela cabeça do mesmo. Pois, assim procedendo, dentro de pouco tempo a lombada estará partida. Devemos retirá-lo puxando-o pelo meio.

2.º — Os livros nas estantes não devem ser apertados, devem ter sempre um espaço para mais um, mas não devemos ocupar este espaço.

3.º — Não devemos molhar o dedo na saliva para manusear livros, jornais ou documentos. Além de ser anti-higiênico, a saliva deixa, no papel, mancha de difícil remoção.

4.º — Não devemos usar fita durex ou qualquer outra fita adesiva para remendar folhas partidas. As fitas adesivas colam por pouco tempo, pois com o calor e o manuseio, soltam-se e deixam manchas que será difícil retirá-las.

5.º — Não devemos colocar: clips, grampos ou alfinetes nos documentos, ou folhas de livros, pois os mesmos deixam ferrugem, e, enfraquecem o papel onde foram colocados.

6.º — Não devemos dobrar documentos ou mapas sob nenhum pretexto, pois quando se dobra, o papel perde sua fibra e parte-se. Muita das vezes inutiliza o documento ou mapa.

7.º — Não devemos recortar com gilete, tesoura ou qualquer outro instrumento tópicos interessantes de páginas de livros, jornais ou documentos, pois levando-se o tópico, estragamos o livro, jornal, ou documento.

8.º — Não devemos usar nenhum papel com cola, nas folhas rasgadas ou soltas de livros, documentos ou mapas, pois, assim procedendo, ao invés de conservar, estamos estragando os documentos que dentro de pouco tempo estarão molhados, e com bicho, porque o material empregado por leigo não era o exigido para tal serviço.

9.º — Não devemos fazer orelha (dobrar as pontas) em documentos, folhas de livro ou jornal, para marcar onde parou o trabalho ou a leitura.

10.º — Devemos ter o cuidado para que o sol não penetre nos livros, documentos ou mapas.

11.º — Todos os documentos, livros ou mapas guardados em caixas, latas, gavetas, armários etc., que não apanhem ventilação, deverão ser abertos de 4 em 4 meses, no mínimo por 24 horas, para que penetre o ar. O papel necessita de oxigênio, pois também respira.

12.º — Para os documentos guardados em lugares fechados, devemos usar um produto chamado Silica-bel, pois o mesmo serve

para absorver a umidade e combater o mofo. Deve ser colocado em todo lugar onde não tenha ventilação. É um produto que serve também para máquina fotográfica.

13.º — Todos os produtos líquidos empregados sobre o papel devem ser evitados, pois têm como veículo o Hidrocarboneto: gasolina, querosene, óleo etc. Estes produtos destroem a celulose do papel, deixando-o quebradiço e sem condição na maioria das vezes de recuperá-lo.

— *Os mais poderosos fatores da História do mundo são as idéias. E a História do mundo é a história dos grandes homens.*

(WILL DURANT)

